



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

JOSÉ ALEXANDRE ABRANTES DA SILVA

**UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DAS PRINCIPAIS
DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS PROFISSIONAIS DE
CONTABILIDADE NA CIDADE DE SOUSA-PB EM RELAÇÃO À
PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

**SOUSA - PB
2008**

JOSÉ ALEXANDRE ABRANTES DA SILVA

**UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DAS PRINCIPAIS
DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS PROFISSIONAIS DE
CONTABILIDADE NA CIDADE DE SOUSA-PB EM RELAÇÃO À
PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

**Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Contábeis do CCJS da
Universidade Federal de Campina
Grande, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Contábeis.**

Orientador: Professor Me. José Ribamar Marques de Carvalho.

**SOUSA - PB
2008**

JOSÉ ALEXANDRE ABRANTES DA SILVA

**UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DAS PRINCIPAIS DIFICULDADES
ENFRENTADAS PELOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE NA
CIDADE DE SOUSA-PB EM RELAÇÃO À PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

Esta Monografia foi julgada adequada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PB).

Presidente: Jose Ribamar Marques de Carvalho (Orientador)
Prof. Msc. – UFCG

Membro: Marizelma Patriota Limeira
Profª. Msc. – UFCG

Membro: Fabio José Lira dos Santos
Prof. Esp. – UFCG

Sousa (PB), 11 de dezembro 2008.

Dedico,

À Jesus Cristo, senhor todo poderoso e onipotente, razão do meu viver. Aos meus imaculados avós, Alexandre e Avanir, e aos meus irmãos Angleiby e Natércia, grandes incentivadores para que eu pudesse vencer mais essa batalha. À minha namorada Rainiely, com ternura e afeição.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo dom da vida, da sabedoria, da perseverança e do amor. Sem Ele nada seria possível. A São Francisco de Assis, por sempre me guiar pelos caminhos mais seguros.

Ao apoio, carinho, compreensão e incentivo de meus pais, Avanir Abrantes Leite, Vera Lúcia Abrantes e Alexandre Abrantes de Oliveira, e a meu cunhado, Washington Luiz de Sousa Fontes, que sempre estiveram ao meu lado de forma especial e imprescindível durante todas as etapas da minha vida.

À minha admirável namorada, Rainiely Garrido Brexio, possuidora de incontestáveis virtudes, fonte de inspiração, que esteve ao meu lado em todos os momentos desta trajetória universitária, pela compreensão dos momentos subtraídos do nosso convívio, em favor de uma causa há muito sonhada, dando-me imprescindíveis demonstrações de zelo, carinho, companheirismo, paciência e amor.

Ao professor José Ribamar Marques de Carvalho, que nos momentos de tensão me orientou de forma precisa o que foi de grande relevância, pois não mediu esforços para efetivação deste trabalho, demonstrando o seu compromisso, ética e profissionalismo.

À minha amiga, Danuza Marques da Nóbrega, pelo incentivo e que esteve comigo nesta caminhada, dividindo sonhos e expectativas.

À Leonilson Lins de Lucena, pela compreensão e força a mim dispensada ao longo de todo o curso, fazendo-me acreditar que podia conquistar qualquer objetivo.

A todos os meus professores (as), colegas de turma, amigos (as) e aos que contribuíram de alguma forma nesta caminhada, que representou uma etapa importante de meu percurso acadêmico, em busca de novos conhecimentos e aperfeiçoamento. Enfim, a todos aqueles, minha eterna gratidão.

“Nunca ande pelo caminho traçado, pois ele conduz somente até onde os outros foram.”

Alexandre Graham Bell

RESUMO

Esse estudo tem por objetivo verificar quais as principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais de contabilidade na cidade de Sousa-PB em relação à prestação do serviço contábil. Para tanto, utilizou-se como metodologia a pesquisa exploratória, descritiva e de campo, onde foram entrevistados 34 contabilistas de um total de 88 para obtenção destes dados. Utilizou-se de um questionário semi-estruturado com perguntas objetivas e subjetivas direcionados aos contadores e técnicos de contabilidade da cidade de Sousa, PB. Os procedimentos estatísticos foram compostos pelo uso da estatística descritiva e de testes não paramétricos (Teste Exato de Fisher e Qui-Quadrado). Observou-se que 76,5% dos contabilistas são técnicos, e 23,5% são contadores. Constatou-se que a maioria dos escritórios é de pessoas físicas e que atuam no mercado há mais de 10 anos. No que se refere às dificuldades enfrentadas pelos profissionais na elaboração das informações contábeis, detectou-se que 94,1% dos gestores segundo o entendimento do profissional contábil tem pouco conhecimento da importância da contabilidade, 91,2% não têm interesse nas informações contábeis, 73,5% entendem que a falta de documentos para efetuar o registro dos fatos, 47,1% dizem que a sonegação fiscal é um fator que dificulta a prestação dos serviços contábeis e 41,2% dos profissionais não estão interessados em elaborar as informações contábeis porque os honorários contábeis são baixos. Diante desta realidade, faz-se necessária a conscientização dos profissionais contábeis na divulgação da importância da contabilidade como ciência social aplicada que busca atender a premissa de fornecer informações à sociedade para auxiliar no processo decisório. Sugere-se que o presente estudo seja replicado em outras localidades do Alto do Sertão da Paraíba, para verificar se as dificuldades constatadas, persistem em outras realidades paraibanas.

Palavras-chave: Serviços Contábeis. Dificuldades. Profissional Contábil.

ABSTRACT

That study has for objective to verify which the main difficulties faced by the accounting professionals in Sousa city, PB in relation to the installment of the accounting service. So, it was used as methodology the exploratory, descriptive and field research, where 34 accountants of a total of 88 were interviewed for obtaining these data. It was used a semi-structured questionnaire with objective and subjective questions addressed to the accountants and technicians of accounting in Sousa city, PB. The statistical procedures were composed by the use of the descriptive statistics and by nonparametric tests (Fisher's Exact Test and Qui-square). It was Observed that 76,5% of the accountants are technical, and 23,5% are bookkeepers. It was verified that most of the offices is of natural persons and that they act in the market for more than 10 years. In what refers to the difficulties faced by the professionals in the elaboration of the accounting information, it was detected that 94,1% of the managers according to the accounting professional's understanding have little knowledge of the importance of the accounting, 91,2% don't have interest in the accounting information, 73,5% understand that the lack of documents to make the registration of the facts, 47,1% say that the fiscal withholding is a factor that hinders the installment of the accounting services and 41,2% of the professionals are not interested in elaborating the accounting information because the accounting fees are low. Due to this reality, it is done necessary the accounting professionals' understanding in the popularization of the importance of the accounting as applied social science that looks for to assist the premise of supplying information to the society to aid in the decisive process. It is suggested that the present study is answered at other places of the High Paraiban Interior, to verify if the verified difficulties, they persist in other Paraiban realities

Keywords: Accounting Services. Difficulties. Accounting Professional.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Classificação do porte de empresas segundo o SEBRAE.....	24
Quadro 2- Classificação do porte de empresas segundo o BNDES.....	25

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Sexo.....	58
Tabela 2- Categoria Profissional.....	59
Tabela 3- Tipo de Escritório.....	59
Tabela 4- Tempo de Experiência.....	59
Tabela 5- Concentração dos serviços contábeis.....	60
Tabela 6- Sistema burocrático interfere na execução dos serviços contábeis.....	61
Tabela 7- Atendimento das informações aos objetivos da contabilidade.....	61
Tabela 8- Setores com maior concentração em relação aos serviços contábeis oferecidos.....	62
Tabela 9- Livros e/ou demonstrativos contábeis são elaboradas.....	63
Tabela 10- Informações fornecidas utilizadas no processo decisório.....	64
Tabela 11- Principais dificuldades encontradas para elaborar as informações contábeis.....	65
Tabela 12- Conscientização dos clientes.....	66
Tabela 13- Contabilidade voltada para as necessidades apenas do usuário externo (fisco).....	66
Tabela 14- Informações extras fiscais que evidenciem a realidade empresarial (contabilidade gerencial).....	67
Tabela 15- Se o Governo simplificasse o recolhimento dos impostos de modo que os gestores pudessem calcular, os seus clientes estariam dispostos a manter o contrato de prestação do serviço contábil.....	67
Tabela 16- Caso os serviços prestados às empresas permitissem gerenciar melhor o negócio de seus clientes eles estariam dispostos a pagar mais pelos serviços prestados.....	68
Tabela 17- O software utilizado para prestar os serviços contábeis.....	69
Tabela 18- Porte da empresa e Falta de Interesse dos Gestores nas Informações Contábeis.....	70
Tabela 19- Sistema Burocrático x Falta de Interesse pelos Gestores nas Informações Contábeis.....	71
Tabela 20- Categoria profissional x Informações ao Fisco.....	72

LISTA DE SIGLAS

BP	Balanço Patrimonial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CPF	Cadastro das Pessoas Físicas
CNPJ	Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas
CFC	Capital Circulante Líquido
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
CND	Certidões Negativas e/ou positivas de Débitos
CCB	Código Civil Brasileiro
CFOP	Código Fiscal de Operações e Prestações
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CSLL	Contribuição Social sobre Lucro Líquido
DCTF	Declaração de Contribuições e Tributos Federais
DIRF	Declaração de Imposto Retido na Fonte
DITR	Declaração de Imposto Territorial Rural
DIMOB	Declaração de Informações Sobre Atividades Imobiliárias
DIRF	Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DOAR	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
DFC	Demonstração de Fluxos de Caixa
DLPA	Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
DACON	Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais
EPP	Empresa de Pequeno Porte
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IRPJ	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
ISS	Imposto Sobre Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LALUR	Livro de Apuração do Lucro Real
MPE	Micro e Pequena Empresa
ME	Microempresa
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
PIS	Programa de Integração Social
RAIS	Relação Anual das Informações Sociais
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas
SIMPLES	Sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições das microempresas e das empresas de pequeno porte
SIC	Sistema de Informação Contábil
SIG	Sistema de Informação Gerencial

SUMÁRIO

1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA.....	12
1.1	Introdução e formulação do Problema da Pesquisa.....	12
1.2	Objetivos da Pesquisa.....	13
1.2.1	<i>Objetivo Geral</i>	13
1.2.2	<i>Objetivos Específicos</i>	13
1.3	Justificativa da Pesquisa Proposta.....	14
1.4	Estrutura da Pesquisa.....	17
2	MICRO E PEQUENA EMPRESA.....	18
2.1	Conceito.....	18
2.2	Classificação.....	23
2.2.1	<i>Perfil do Contabilista</i>	27
2.2.2	<i>Marketing Contábil</i>	29
2.3	Serviços.....	31
2.3.1	<i>Conceito</i>	31
2.3.2	<i>Qualidade de serviços</i>	33
2.3.3	<i>Serviços contábeis</i>	34
2.4	SIG nas empresas.....	49
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	55
3.1	Tipologia, população, amostra da pesquisa e instrumento de pesquisa.....	55
3.2	Hipóteses da Pesquisa.....	56
3.2.1	<i>Tratamento Estatístico</i>	57
3.3.1	<i>Estatística descritiva</i>	58
3.3.2	<i>Teste de Hipóteses</i>	69
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
4.1	Limitações da pesquisa e sugestões para pesquisas futuras.....	74
	REFERÊNCIAS.....	76
	APÊNDICE A.....	81
	ANEXO A.....	85
	ANEXO B.....	86

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA

1.1 Introdução e formulação do Problema da Pesquisa

Com o advento da globalização e em face da competição mais acirrada no mundo dos negócios, emerge a necessidade de informações úteis às decisões relativas a conflitos de ordem negocial assim tais decisões devem ser tomadas pelos empresários com rapidez, de forma criativa e econômica. Ademais, uma empresa não é uma mera geradora de lucros, possuindo um papel social muito importante na geração de trabalho, renda e desenvolvimento sócio-econômico do país.

Nesse contexto, a contabilidade surge como uma ferramenta fundamental ao empresário para o controle do seu patrimônio e gerenciamento de seus negócios, o que, sem dúvida, é imprescindível para o desenvolvimento econômico, garantindo o cumprimento da função social da empresa.

Observa-se que o profissional contábil tem a capacidade de oferecer serviços indispensáveis na administração e controle de qualquer tipo de empreendimento. Todavia, percebe-se que a burocracia, a educação continuada, a falta de conhecimento dos gestores da importância da contabilidade bem como o desinteresse pelas informações contábeis, podem em determinadas situações dificultar a prestação da atividade do contabilista, uma vez que a atividade empresarial, seja no processo de constituição, seja nas rotinas administrativas enfrentam problemas com o sistema burocrático brasileiro, o que repercute na atuação da contabilidade.

Percebe-se que os empresários, em especial os gestores das micros e pequenas empresas, por motivos principalmente relacionados ao baixo grau de instrução, acabam interferindo no uso de informações contábeis úteis para o processo de gestão, aspecto que pode responsabilizar os profissionais de contabilidade pela burocracia existente, minimizando e resumindo suas atividades à simples apuração de impostos, dando a entender que àqueles só possuem como atribuição o atendimento à legislação fiscal.

Conforme Thomé, (2001, p. 31):

Nossa profissão tem sido acusada, injustamente, de servir mais ao poder público do que a nossos clientes. Temos sido chamados de parasitas que vivemos às custas da burocracia; inventaram até um neologismo para classificarmos depreciativamente: darfistas, ou seja, preenchedores de Darf. Se alguns profissionais da contabilidade vestiram a carapuça, certamente

ela não cabe na grande maioria dos empresários. Nada mais injusto e, conseqüentemente, revoltante do que ouvir afirmações depreciativas, quando sabemos que nosso serviço é Útil a nosso cliente e que nossa profissão, por sinal, uma das mais antigas, é tão Útil à sociedade quanto qualquer outra profissão Útil.

Desta forma e como maneira de entender aspectos relacionados a prestação dos serviços contábeis fica definido o seguinte questionamento: **Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais de contabilidade na cidade de Sousa-PB em relação à prestação do serviço?**

1.2 Objetivos da Pesquisa

Com a caracterização da situação-problema, faz-se necessário traçar objetivos que auxiliem e fundamentem a pesquisa. Assim, foram traçados um objetivo geral e três objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

Verificar quais as principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais de contabilidade na cidade de Sousa-PB em relação à prestação do serviço contábil.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar o perfil do profissional de contabilidade no município de Sousa-PB;
- Identificar quais as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da elaboração das informações contábeis;
- Efetuar o cruzamento entre as variáveis da pesquisa como maneira de analisar as principais dificuldades enfrentadas e discutir as opiniões dos profissionais da contabilidade.

1.3 Justificativa da Pesquisa Proposta

Diante da necessidade do ser humano frente à tomada de decisões quanto as suas riquezas surgiu a contabilidade. Trata-se de uma ciência social aplicada que estuda o comportamento das riquezas que se integram no patrimônio, em face das ações humanas, logo, sujeita às influências temporais das condições socioeconômicas das diversas culturas.

Niswonger e Fess (1980 apud OLIVEIRA, 2002, p. 03) define a contabilidade como sendo “o processo que consiste em identificar, medir e comunicar a informação econômica para permitir julgamentos e decisões bem fundamentadas pelos usuários da informação”.

Segundo Barreto (2005, p. 15) a contabilidade “é a ciência que tem como objetivo, orientar, prestar informações, controlar e contabilizar os fatos ocorridos em um Patrimônio/Empresa/ Entidade”.

Percebe-se que a contabilidade é uma ciência que registra, através de técnicas, a dinâmica do patrimônio, estudando e analisando os fatos financeiros e/ou econômicos que afetam a situação patrimonial de determinada pessoa, física ou jurídica. Assim, conforme Ribeiro (2003, p. 19) a contabilidade é “uma ciência que possibilita, por meio de suas técnicas, o controle permanente do Patrimônio das empresas”.

De acordo com Basso (1996 apud OLIVEIRA, 2002, p. 04):

Contabilidade é a ciência que estuda, controla e observa o patrimônio das entidades nos seus aspectos quantitativo (monetário) e qualitativo (físico) e que, como conjunto de normas, preceitos e regras gerais, se constitui na técnica de coletar, catalogar e registrar os fatos que nele ocorrem, bem como de acumular, resumir e revelar informações de suas variações e situação, especialmente de natureza econômica-financeira.

Como um instrumento operacional, a Contabilidade se realiza por meio de um sistema de informação e avaliação econômico-monetária, com a finalidade de fornecer informações que podem subsidiar seus usuários na tomada de decisões diante de situações variadas e tendências futuras da organização. Assim, segundo Ribeiro e Panhoca (2005, p. 06) “o produto da contabilidade é a informação contábil resultante da sintetização dos dados obtidos através de documentos que reflitam a realidade mercantil em que se encontra o usuário”.

De acordo com Martins (2005, p. 1) “Com o passar do tempo, a contabilidade deixou de ser utilizada apenas para regulamentação e registro de fatos passados e passou a ser utilizada como ferramenta de auxílio à administração das organizações”.

O objetivo da contabilidade, segundo a resolução 774 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC):

o objetivo científico da contabilidade manifesta-se na correta apresentação do patrimônio e na apreensão e análise das causas das suas mutações. Já sob uma ótica pragmática, a aplicação da contabilidade a uma entidade particularizada busca prover os usuários com informações sobre aspectos de natureza econômica, financeira e física do patrimônio da entidade e suas mutações, o que compreende registros, demonstrações, análises, diagnósticos e prognósticos, expressos sob a forma de relatos, pareceres, tabelas, planilhas e outros meios.

Desse modo, os conceitos de contabilidade trazem consigo a importância da informação. A informação contábil é gerada pela contabilidade com o intuito de auxiliar os diversos usuários no processo decisório. Assim, conforme Iudícibus (1997, p. 26) a contabilidade tem como objetivo “identificar, mensurar e comunicar informação econômica, financeira, física e social, a fim de permitir decisões e julgamentos adequados por parte dos usuários da informação”.

Portanto, o objetivo da contabilidade é fornecer informações úteis que servirão de apoio para a tomada de decisões, o que irá garantir o sucesso do negócio do cliente.

A informação, para Stair e Reynolds (2002 apud COSTA; YOSHITAKE, 2004, p. 3), “é uma coleção de fatos organizados de modo que adquirem um valor adicional além do valor dos próprios fatos”.

Para os autores acima citados, as informações são valiosas para a organização, são precisas, completas, econômicas, flexíveis, confiáveis, relevantes, simples, pontuais, verificáveis, acessíveis e seguras. Logo, o valor da informação está ligado ao modo com que auxilia os gestores a tomarem decisões.

Assim, a contabilidade tem um papel fundamental na sobrevivência e manutenção da empresa. Ela constitui no órgão de visão das empresas. Nesse sentido, a contabilidade deve revelar, a qualquer momento, a posição e o rumo do negócio. Deve dar informações exatas, claras e precisas sobre a situação econômica da empresa. Entende que, uma boa contabilidade, simples e clara, que dê idéia exata das condições da empresa, é um poderoso meio de direção (PORTON E LONGARAY, 2006, p. 3).

As informações geradas pela contabilidade tiveram uma mudança de “foco” devido ao desenvolvimento do comércio, a revolução industrial, as novas tecnologias, a competitividade, a internacionalização das organizações e da produtividade impondo modificações à teoria e prática contábil, trazendo novas e profundas revisões na aplicação da contabilidade e seu reencontro com seus objetivos e seu principal usuário: o gestor da empresa. (OLIVEIRA, 2002, p. 3)

Desta forma, o acompanhamento feito por um profissional contábil é demasiadamente importante e decisivo para que as informações contábeis sejam utilizadas na gestão da empresa de forma a garantir o seu bom desenvolvimento.

Esse acompanhamento pode ser superficial, apenas para atender a interesses fiscais, ou para representar um suporte efetivo à tomada de decisão do empresário, uma vez que muitos destes não são preparados para gerir suas empresas, devido o pouco grau de instrução. Nesses casos, o contador passa a ser mais procurado e tem de responder as questões e auxiliar cada vez mais tais empresários. (OLIVEIRA, 2002, p. 1)

Marion (2005, p. 25), quando trata da questão da utilização das informações contábeis para gestão, afirma:

A função básica do contador é produzir informações úteis aos usuários da Contabilidade para a tomada de decisões. Ressaltemos, entretanto, que, em nosso país, em alguns segmentos da nossa economia, principalmente na pequena empresa, a função do contador foi distorcida (infelizmente), estando voltada exclusivamente para satisfazer às exigências legais.

Ocorre que, em muitos casos, o contabilista enfrenta diversas dificuldades no exercício das atribuições que lhes são competentes. Não basta saber atender pedidos de informações: é necessário saber oferecer informações que possam ser úteis para a gestão da empresa.

Além disso, Marion (2005, p. 24) diz:

Observamos com certa freqüência que várias empresas, principalmente as pequenas, têm falido ou enfrentam sérios problemas de sobrevivência. Ouvimos empresários que criticam a carga tributária, os encargos sociais, a falta de recursos, os juros altos, etc., fatores estes que, sem dúvida, contribuem para debilitar a empresa. Entretanto, descendo a fundo nas nossas investigações, constatamos que, muitas vezes, a “célula cancerosa” não repousa naquelas críticas, mas na má gerência, nas decisões tomadas sem respaldo, sem dados confiáveis. Por fim observamos, nesses casos, uma contabilidade irreal, distorcida, em consequência de ter sido elaborada única e exclusivamente para atender às exigências fiscais.

Considerando o exposto, surge a necessidade do resgate do valor da contabilidade como um instrumento necessário para o processo decisório das empresas e sua sobrevivência em um mercado bastante competitivo, fato que justifica esse estudo especificamente como maneira de contribuir para detectar quais os problemas que estão sendo enfrentados pelos profissionais da contabilidade, visando fornecer informações importantes que porventura sejam evidenciadas e supostamente discutidas por estes profissionais.

1.4 Estrutura da Pesquisa

A presente pesquisa está estruturada em quatro capítulos, discriminados a seguir:

O primeiro capítulo trata da problematização da pesquisa, e apresentação da justificativa, demonstrando a relevância do tema, como também os objetivos que evidenciam a investigação.

No segundo capítulo é evidenciada a fundamentação teórica, através da revisão da literatura do assunto abordado, a fim de conhecer as suas especificidades.

No terceiro capítulo são introduzidos os procedimentos metodológicos, bem como a demonstração da análise dos resultados da pesquisa (análise descritiva). No capítulo quarto Apresentou-se as considerações finais e recomendações para pesquisas futuras.

Esse trabalho apresenta, ainda, referências e anexos da pesquisa, para uma melhor estruturação e fundamentação das informações e dados dispostos.

2 MICRO E PEQUENA EMPRESA

2.1 Conceito

A definição de micro, pequena, média ou grande empresa ainda é muito controvertida. A Lei Federal nº. 9841 de 5 de outubro de 1999, que institui o estatuto das MPE, define-as de acordo com limites de receita. Estes foram atualizados pelo Decreto Federal nº. 5028 de 31 de março de 2004. Posteriormente revogada pela lei Complementar 123/2006.

O SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, limita estes tipos de empresas pelo número de funcionários conforme sua área de atuação. Já o Manual do Simples Nacional (2007, p. 10) leva em consideração o faturamento para o enquadramento como microempresa(ME) e empresa de pequeno porte(EPP) e que necessariamente esteja registrada no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

A ME e EPP, segundo o Manual Simples Nacional (2007, p. 10), podem ser sociedade empresária, sociedade simples e o empresário de que trata o art. 966 do Código Civil. Diante disso, faz necessário trazer o conceito de empresário previsto no citado artigo:

Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

Conforme preconiza o parágrafo único do art. 966, não poderá ser considerado empresário quem desenvolve atividade de natureza intelectual, como é o caso do profissional liberal, como o contador ou o engenheiro; literária ou artística, como é o caso do músico, ator ou escritor, não pode ser considerado como empresário a não ser que àquela atividade se some a atividade própria do empresário, mediante a organização dos meios de produção.

A atividade empresarial - a empresa - pode ser desenvolvida por uma pessoa física, o *empresário individual*, ou por uma *sociedade empresária*, esta conceituada, conforme, Martins e Bertoldi (2007, p. 38) como sendo "uma organização econômica, dotada de personalidade jurídica e patrimônio próprio, constituída ordinariamente por mais de uma pessoa, que tem como objetivo a produção ou a troca de bens ou serviços com fins lucrativos".

Muito embora o art. 967 do Código Civil determine ser obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade, será considerado empresário aquele que se enquadre no conceito do art. 966, supra referido, independentemente de qualquer inscrição, cuja falta denota tão-somente o exercício irregular da profissão, não o descaracterizando como empresário individual. No entanto, para os efeitos da presente Lei, para que o empresário venha a beneficiar-se do tratamento diferenciado que nela se institui, deverá obrigatoriamente estar registrado no registro de Empresas Mercantis.

O legislador acabou preocupando-se em conceituar e individualizar também o chamado *pequeno empresário*, que é tratado no art. 970 da Lei 10.406/2002 (Código Civil). Trata-se do microempresário individual, ou seja, daquele empresário que não se reveste da forma de pessoa jurídica, mas cuja atividade empresarial é por ele pessoalmente desenvolvida, em seu próprio nome, que tem receita bruta anual de até R\$ 36.000,00.

Nesse contexto, para ser considerada microempresa, o empresário, a pessoa jurídica ou a ela equiparada, segundo o Manual do Simples Nacional devem auferir, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00.

Já para ser considerada empresa de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica ou a ela equiparada, devem auferir, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00.

Além do que em se tratando de início de atividade, os limites de receita bruta serão considerados proporcionalmente ao número de meses em que a microempresa ou a empresa de pequeno porte houver exercido atividade, inclusive as frações de meses.

Para uma melhor compreensão a respeito do que seja micro e pequena empresa é preciso identificar o que seja receita bruta. Conforme Manual do Simples Nacional (2007, p. 10) diz que:

Considera-se receita bruta o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

Não obstante, no ordenamento jurídico brasileiro exista a previsão de diversas espécies de sociedades empresárias, a saber: em comandita simples; em nome coletivo; em conta de participação; limitada; anônima e em comandita por ações. Para Silva e Neto (2002 apud RIBEIRO; PANHOCA, 2005, p. 2) "as micro e pequenas empresas podem ser constituídas

por uma única pessoa, ser Sociedade por quotas de responsabilidade limitada, ou uma Sociedade em nome coletivo". Não se enquadram nesta classificação as Sociedades por Ações mesmo que atendam as condições descritas no Código Civil.

Panhoca e Ribeiro (2005, p. 03) citam que "para o Sistema Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (IBGE), as características gerais das MPE", são:

[...] baixa intensidade de capital; altas taxas de natalidade e de mortalidade, demografia elevada; forte presença de proprietários, sócios e membros da família como mão-de-obra ocupada nos negócios; poder decisório centralizado; estreito vínculo entre os proprietários e as empresas, não se distinguindo, principalmente em termos contábeis e financeiros, pessoa física e jurídica; registros contábeis pouco adequados; contratação direta de mão-de-obra; utilização de mão-de-obra não qualificada ou semiquificada; baixo investimento em inovação tecnológica; maior dificuldade de acesso ao financiamento de capital de giro; e relação de complementaridade e subordinação com as empresas de grande porte. (IBGE, 2003).

O que se observa nas características citadas pelo IBGE é a falta de distinção contábil e financeira tanto da pessoa física (empresário) como da jurídica.

É importante, ainda, ressaltar que, na grande maioria das vezes, as pequenas e médias empresas tiveram sua origem, na habilidade artesanal do empreendedor ou em fatores externos, oriundos da necessidade de se obter algum tipo de renda, sendo, na sua essência, privado de uma visão estratégica.

Segundo Bortoli (1980 apud MIRANDA apud, 2007, p. 17), "as pequenas e médias empresas pertencem, geralmente, a um indivíduo ou grupos familiares e possuem uma administração pouco especializada". Em conformidade com isso, Braga (1988 apud MIRANDA, 2007, p. 17) afirma que, "nessas empresas, posições estratégicas importantes são ocupadas levando-se em conta primeiramente o grau de parentesco e não a qualificação ou competência profissional".

De forma mais ampla Johnson e Scholes (1993 apud MIRANDA, 2007, p. 19) apontam como características de tais empresas:

operar em um único mercado com um número limitado de produtos; sofrer pressões competitivas significativas; tomar de decisões influenciadas pelos fundadores do negócio; pouco provável ter executivos seniores ou departamentos centrais que possam fazer análises complexas e pesquisas de mercado.

Gonçalves e Koprowski (1995 apud OLIVEIRA, 2006, p. 07) também ressaltam algumas características das pequenas empresas:

usam o trabalho próprio ou de familiares; não possuem administração especializada fora da empresa; não pertencem a grupos financeiros e econômicos e não possuem produção em escala; apresentam condições particulares de atividades, reveladoras da exigüidade do negócio; têm organizações rudimentares; são receptoras de mão-de-obra liberada do setor rural e representam um campo de treinamento de mão-de-obra especializada e da formação de empresários; possuem estreita relação pessoal do proprietário com os empregados, clientes e fornecedores; têm dificuldade em obter créditos, mesmo em curto prazo; falta-lhes poder de barganha nas negociações de compra e venda e apresentam integração bastante estrita com a comunidade local a que pertencem seus proprietários; sua direção é pouco especializada; têm falta de acesso ao capital por meio do mercado de capital organizado; têm dependência de mercados e de fontes de suprimentos próximos; e mostram baixa relação de investimento mão-de-obra empregada.

Com tais características, há uma pressão maior, gerada pela concorrência, impondo a necessidade de tais empresas disporem de informações que ajudem seus gestores a melhor administração do negócio.

Dessa forma, pode-se afirmar que o contador exerce importante papel, quase sempre, como consultor que terá a responsabilidade de orientar o administrador a tomar decisões nas diversas áreas do empreendimento. Tal como afirmou Castro (1998 apud RIBEIRO; PANHOCA, 2005, p. 05), "o tipo de consultoria do qual o pequeno empresário mais carece é a contábil".

No cenário mundial, as Pequenas Empresas têm um papel fundamental na economia, sendo fontes fidedignas de renda e emprego. No Brasil, não é diferente; essas empresas contribuem maciçamente para a economia e possuem uma grande representatividade e responsabilidade no rol das empresas nacionais. (COSTA; YOSHITAKE, 2004, p. 2).

Contudo, elas vivem em uma conjuntura onde a concorrência, a má gerência e a falta de controle e informações vêm afetando, bruscamente, a situação econômica e financeira destas empresas. Assim, é necessário que estas se modernizem, buscando alternativas que minimizem os problemas encontrados em suas administrações. A utilização de controles e informações contábeis é uma forma de contribuir e garantir uma melhor gestão, pois serve como embasamento para auxiliar os pequenos empresários em suas decisões. (COSTA; YOSHITAKE, 2004, p. 2).

Um dos maiores problemas que ocorrem dentro das pequenas empresas, é a falta de conhecimento, por parte dos pequenos empresários, do que seja controle e informações contábeis e, principalmente, a confusão que eles fazem sobre o objetivo da Contabilidade e a Legislação Tributária, esquecendo-se que o fisco é apenas um usuário da contabilidade, e que o grande objetivo da mesma é fornecer informações para a tomada de decisões. (COSTA; YOSHITAKE, 2004, p. 2).

Constantemente, observa-se que a falta de conhecimento dos empresários das pequenas empresas está ligada ao despreparo em lidar com as informações contábeis, pois as mesmas são firmadas para garantir a organização de um negócio em busca de melhores resultados, e não apenas para o cumprimento da legislação tributária.

Deste modo, Costa e Yoshitake, (2004, p. 3), explica que:

as informações e os controles contábeis têm um papel importante na administração das pequenas empresas, inclusive na gestão e no planejamento tributário, o que pode gerar redução nos gastos tributários, otimizando os lucros em determinados períodos. Estes fatos exigem que as pequenas empresas elaborem um planejamento tributário baseado nos controles e nas informações contábeis, o que as levará a melhores resultados, pois essa ferramenta não está apenas ao alcance das grandes empresas, mas, sim, de todas as pessoas que querem, de uma forma lícita, diminuir seus gastos tributários.

No anseio de melhores resultados por parte dos pequenos e médios empresários, verifica-se que na maioria dos escritórios, atualmente, apresenta uma grande prestação de serviços às Micro e Pequenas Empresas. Isto com razão, visto que, em dados divulgados pelo Sebrae, referentes ao ano de 2005, nos quais o número de Micros e Pequenas Empresas representam 99% do total das empresas no Brasil. (RIBEIRO; PANHOCA, 2005, p. 01).

É importante esclarecer que antigamente o contabilista era visto como um simples calculador de impostos, contribuições, etc., o que desvalorizava a imagem do profissional contábil, pois, por se preocupar apenas com a parte burocrática da empresa, ele acabava por trabalhar indiretamente para o Governo, deixando os gestores dessas empresas carentes de dados e informações as quais são indispensáveis para o planejamento e para uma melhor gestão da empresa. (MARTINS, 2005, p. 4)

Desta forma, muitas dessas empresas acabavam não suportando as pressões normais do cotidiano e acabam encerrando suas atividades com pouco tempo de vida. Dados do Sebrae mostram que cerca de 71% das Micro e Pequenas Empresas abertas anualmente no Brasil

fecham antes de completar cinco anos. E o Contador tem sua parcela de culpa nisso. (RIBEIRO; PANHOCA, 2005, p. 01).

Preocupado com isso, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) firmou uma parceria com o Sebrae Nacional e criou um programa denominado de "Contabilizando Sucesso", que tem como objetivo formar contadores capazes de auxiliar micro e pequenas empresas não só com contas, mas com gestão em geral. (RIBEIRO; PANHOCA, 2005, p. 01)

Essa preocupação surgiu devido a uma pesquisa realizada pelo próprio Sebrae, que mostra que 42% dos donos de micro e pequenos empresários, quando têm problemas, buscam ajuda com o contador. Ainda segundo a pesquisa, 25% dos empresários não buscam ajuda nenhuma. (RIBEIRO; PANHOCA, 2005, p. 01)

Em geral, os programas de capacitação que o CFC oferece aos contabilistas visam capacitá-los no modo como fornecem a informação a seus clientes, de forma que tragam embutidos não somente a contribuição técnica na informação, mas também a gerencial o que possibilita um melhor suporte às dificuldades enfrentadas pelos seus clientes.

2.2 Classificação

Não há uma unanimidade no que se refere à conceituação e classificação das micro e pequenas empresas, pois cada país adota formas particulares e de acordo com suas realidades de mercado. É certo que conforme diz Gasperini (2000 apud OLIVEIRA, 2006, p. 06):

para que as distorções serem diluídas, é importante que o sistema de classificação esteja de acordo com o objetivo a que ele se presta, como fomento ou pesquisa, por exemplo, além de considerar as diferenças nacionais, regionais e setoriais do grupo de empresas que se pretende classificar.

Sob o ponto de vista da pequena empresa, a adoção de critérios para a definição de seu porte constitui importante fator de apoio, permitindo que as empresas classificadas dentro dos limites estabelecidos possam usufruir dos benefícios e incentivos previstos nas legislações que dispõem sobre um tratamento diferenciado ao segmento, e que buscam alcançar objetivos prioritários de política, como o aumento das exportações, a geração de

emprego e renda, a diminuição da informalidade dos pequenos negócios, entre outras. (OLIVEIRA, 2006, p. 02).

Existem diversas formas de classificação de empresas em relação a seu porte, número de funcionários, patrimônio líquido, faturamento, entre outras.

No Estatuto da Micro e Pequena Empresa de 1999, lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999, o critério adotado para conceituar micro e pequena empresa é a receita bruta anual, cujos valores foram atualizados pelo Decreto nº. 5.028, de 31 de março de 2004, que corrigiu os limites originalmente estabelecidos em R\$ 244.000,00 e R\$ 1.200.000,00, para micro e pequena empresa, respectivamente. Assim, a partir deste decreto é classificado como Microempresa àquela que tem receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 433.755,14 (quatrocentos e trinta e três mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e quatorze centavos); e Empresa de pequeno porte a que detenha de receita bruta anual superior a R\$ 433.755,14 e igual ou inferior a R\$ 2.133.222,00 (dois milhões, cento e trinta e três mil, duzentos e vinte e dois reais). Convém lembrar que o referido estatuto não faz menção aos demais portes de empresas.

Por sua vez, o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas) e a RAIS/MTE (Relação Anual de Informações Sociais / Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal) promovem a classificação das referidas empresas baseada no número de empregados que compõe suas estruturas. O Quadro 1 apresenta a classificação do Sebrae para empresas de pequeno porte.

QUADRO 1
Classificação do porte de empresas segundo o Sebrae

Classificação (Porte)	Numero de Empregados	
	Industria	Comércio e Serviços
Microempresa	0 a 19	0 a 9
Pequena Empresa	20 a 99	10 a 49

Fonte: Oliveira, 2006.

Já o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) classificam as empresas em função de sua receita operacional anual bruta, conforme Quadro 2.

QUADRO 2
Classificação do porte de empresas segundo o BNDES

Classificação (Porte)	Receita operacional anual bruta
Microempresa	Até R\$ 1.200.000,00
Pequena Empresa	De R\$ 1.200.000,00 a R\$ 10.500.000,00

Fonte: Oliveira, 2006.

As empresas industriais estão classificadas segundo seu porte: número de empregados e faturamento anual. É importante saber qual a classificação da empresa do cliente, para que estes possam ter acesso a linhas de financiamento diferenciadas.

Observa-se, da análise desse contexto, que o Sebrae e o BNDES têm definições diferentes para classificar as micro e pequenas empresas. Aquele segue o Estatuto da Micro e Pequena Empresa e, este se baseia na receita operacional bruta.

2.2 Empresas de Serviços Contábeis

O contabilista presta serviços contábeis de grande importância para a gestão de uma empresa. Esses serviços são realizados por escritórios individuais e organizações contábeis. O art. 2º da resolução CFC nº. 1.098/07 embora considere as duas como organização contábil, define e distingue as duas modalidades:

Art. 2º. O registro cadastral compreenderá 2 (duas) categorias:

I - organização contábil, pessoa jurídica de natureza civil, constituída sob a forma de sociedade, tendo por objetivo a prestação de serviços profissionais de contabilidade;

II - organização contábil, escritório individual, assim caracterizado quando o contabilista, embora sem personificação jurídica, execute suas atividades independentemente do local e do número de empresas ou serviços sob sua responsabilidade.

As empresas de serviços contábeis estão inseridas na área de serviços e devem atuar como fomentadoras do desenvolvimento econômico das empresas, uma vez que têm a responsabilidade de fornecer-lhes informações contábeis e gerencias. Em geral, essas empresas são constituídas sob a forma de sociedade civil para a exploração do trabalho de

contabilidade, sendo registradas no CRC (Conselho Regional de Contabilidade) de cada jurisdição e obedecem as determinações do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). (PINHO et, al, 2008, p. 3)

Segundo Figueiredo e Fabri (2000, p. 44-45) “nela centralizam-se e executam-se as informações patrimoniais de pessoas físicas ou jurídicas, sob sua responsabilidade, que exercem as diversas atividades econômicas”. Ainda conforme, esses autores, as organizações contábeis:

são um conjunto formado da união entre tecnologia, elementos como máquinas, objetos e móveis, e a capacidade humana disponível com as qualidades necessárias para dirigir, controlar e coordenar as atividades essenciais para o bom desempenho do trabalho a ser executado.

Verifica-se que é comum que as organizações contábeis não se especializem em determinado ramo de negócio empresarial, mas atender aos diversos tipos de empresas, sejam comerciais, sejam de serviços, sejam industriais, sejam prestadoras de serviços profissionais.

Para Thomé (2000, p. 21) é comum que:

[...] as empresas de contabilidade dediquem-se tanto à execução de serviços como a assessorar seus clientes. Em geral, atendem às micro pequenas, médias ou grandes empresas. Enfim, o normal para esse ramo é atender a todo e qualquer tipo de cliente, prestando o serviço que ele necessitar. É normal, porém não é regra geral. Muitas empresas contábeis especializaram-se em determinados tipos de clientes.

Percebe-se que a regra é atender todo e qualquer tipo de cliente, mas há empresas contábeis que se especializam em prestar serviços direcionados para um só tipo de cliente. Assim, alguns contabilistas se dedicam a contabilidade pública outros a trabalhar com pequenas e micro empresas.

O tamanho e a complexidade da infra-estrutura dessas empresas variam de acordo com o volume e a diversidade das pessoas que nela trabalham. O espaço físico também se adapta às necessidades do pessoal e à amplitude dos serviços nela desenvolvidos; quando necessário. Existem também as empresas contábeis maiores, divididas em departamentos independentes e autônomos, em que cada departamento é especializado por áreas; a divisão mais comum é aquela na qual os departamentos ou setores estão divididos de

acordo com as funções: contábil, fiscal e pessoal, cada um se encarregando de tarefas pertinentes a essas funções, podendo ter também setores especializados em serviços externos, área burocrática, planejamento tributário, custos ou outras especializações. (FIGUEIREDO; FABRI, 2002, p. 45).

Observa-se que os serviços contábeis básicos prestados pelas empresas de serviços contábeis são: elaboração das folhas de pagamento, escrituração fiscal, escrituração contábil, apuração dos tributos e regularização de empresas.

2.2.1 Perfil do Contabilista

No século XXI, a presença do contabilista é cada vez mais fundamental tanto para as organizações, sejam elas com fins lucrativos ou não, quanto para a sociedade. Diante da necessidade da presença do profissional contábil para garantir o desenvolvimento do negócio do cliente, tal profissional deve atuar com presteza, integridade, valendo-se de uma formação técnica ou acadêmica e essencialmente ética.

Assim, no que tange ao perfil do contabilista, Branco (2003, p. 2) diz que:

O contabilista deve possuir um perfil e uma formação humanística, uma visão global que o habilita a compreender o meio social, político, econômico e cultural onde esta inserida, tomando decisões em um mundo diversificado e interdependente. Deve ter uma formação técnica e científica para desenvolver atividades específicas da prática profissional, com capacidade de externar valores de responsabilidade social, justiça e ética. Deve ter competência para compreender ações, analisando, criticamente as organizações, antecipando e promovendo suas transformações, compreensão da necessidade contínua, aperfeiçoamento profissional, desenvolvimento da auto-confiança e capacidade de transformar.

O contabilista precisa ter uma visão ampla de sua atividade, envolvendo conhecimento técnico e necessários para o desempenho de suas atribuições e competências específicas atrelada ao conhecimento das necessidades sociais e éticas, na busca de melhores resultados para seus clientes.

Portanto, o perfil de um contabilista deve ser amplo, não se reduzindo a mero conhecimento técnico. Assim, na visão de Figueiredo e Fabri, (2000, p. 24):

o profissional de contabilidade, além dos conhecimentos técnicos necessários ao desempenho da atividade, deve conhecer o ambiente interno e externo das organizações, e suas relações de comportamento humano, social e econômico devem ser conscientes e responsáveis, pois as informações emanadas pela contabilidade impactam profundamente a vida econômica e social do país, haja vista as novas formas de expressão da informação contábil, como o Balanço Social e o Passivo Ambiental.

Como gestor de informações, o profissional de contabilidade tem papel imprescindível na organização, pública ou privada de orientar e dar suporte para as tomadas de decisões. Para tanto é preciso que ele compreenda a situação da organização de seu cliente, as ações contínuas realizadas por tal empreendimento, fazendo uma análise crítica na busca de gerar informações capazes de promover transformações benéficas para o crescimento econômico financeiro e social da empresa.

Na busca pelo crescimento das organizações para qual prestam serviços, o profissional contábil deve limitar-se a sempre emitir informações verazes e reais não privilegiando nenhum cliente em detrimento do outro, pois embora os interesses nem sempre sejam coincidentes, muitas das informações são comuns a um grande número de diferentes usuários. Dessa forma, irá o mesmo atuar dentro dos padrões éticos exigidos por qualquer uma profissão.

Quanto ao aperfeiçoamento profissional, o contabilista deve sempre estar disposto a se aperfeiçoar e a conhecer as novas legislações, o que permitirá desenvolver suas atividades de forma precisa e inovadora, com capacidade de transformar as dificuldades enfrentadas em experiência e conhecimento.

Outro ponto que merece destaque é que contabilidade antigamente era uma profissão mais seletiva aos homens. Isto porque, Figueiredo e Fabri (2000, p. 25), demonstra que:

Segundo pesquisa realizada em 1995/1996 pelo CFC, em sua maioria, a prática profissional da contabilidade, no Brasil, é constituída pelo sexo masculino com faixa etária superior a 35 anos; menos de 10% tem mais de 55 anos de idade, formando uma maioria de profissionais amadurecidos, mas não idosos, considerando que o brasileiro, nos últimos anos, aumentou sua expectativa de vida.

Ainda conforme a pesquisa acima citada explica-se que em termos de remuneração bruta individual, observa-se que os contabilistas mais jovens estão em maior percentual nos estratos de rendas inferiores. Situação inversa verifica-se nas faixas acima de R\$ 4.000,00

por mês, com um aumento gradativo da participação dos contabilistas mais idosos, o que demonstra um leve crescimento depois dos 55 anos de idade.

Para se obter o sucesso na profissão contábil, é imprescindível, segundo o CFC (1995, 1996, p. 105) entre as dez mais importantes características do contabilista: “honestidade, dedicação, competência, estudo/aperfeiçoamento, conhecimento da contabilidade, estar atualizado com a legislação, ter afinidade, trabalhar, ter perseverança e responsabilidade”.

Por outro lado, o CFC (1995, 1996, p. 132) admite que “entre as principais geradoras de insatisfação com a profissão destacando-se, em primeiro lugar, constantes mudanças na legislação, faltar de valorização profissional, baixa remuneração e concorrência desleal”.

2.2.2 Marketing Contábil

A grande dificuldade das empresas de serviços contábeis é divulgar o seu trabalho. Segundo Thomé (2001, p. 127) “em nosso mercado, os novos clientes vêm por indicação principalmente, das empresas que utilizam nossos serviços e por indicação de amigos ou parentes. As indicações são a nossa grande fonte de novos clientes”.

Nesse contexto, surge a necessidade de usar do marketing para apresentar o trabalho do contador, de forma a divulgar melhor as atividades por ele realizadas. Percebe-se que com uma melhor divulgação do serviço do contabilista a um crescimento no número de clientes e um incentivo para os antigos, que passam a ver o trabalho do mesmo com outros olhos.

Casas (2007, p. 13) conceitua marketing como:

a área do conhecimento que engloba todas as atividades concernentes às relações de troca, orientadas para a satisfação e necessidades dos consumidores, visando alcançar determinados objetivos da organização ou indivíduo e considerando sempre o meio ambiente de atuação e o impacto que estas relações causam no bem estar da sociedade.

É certo que, segundo Casas (2007, p. 13):

De modo geral, na década de 80 o marketing desenvolveu-se intensamente em vários setores e, especialmente no terciário, o crescimento foi ainda mais acelerado. A mudança na mentalidade empresarial pode ser apontada como um dos fatores que contribuíram para isso, no sentido de que, hoje em dia médicos, dentistas auditores, contadores, entre outros profissionais

já aceitam a idéia de aplicar técnicas mercadológicas em seus negócios. Este fator permitiu a aplicação de recursos mais avançados de comercialização, inclusive em áreas consideradas antimarketing até certo tempo atrás, como em entidade filantrópicas, organizações religiosas etc.

Percebe-se uma real necessidade de aplicação de marketing na área de serviços, pois o setor tem sofrido importantes transformações. Isso exige dos empresários o conhecimento e sensibilidade para colocar no mercado o serviço adequado, conforme expectativas dos clientes a cada situação.

Quanto às empresas contábeis Thomé (2001, p. 127) afirma que:

esse pode ser o maior desafio que as empresas de serviços contábeis venha a enfrentar e a solução pode estar no esforço coletivo, na união de parcela significativa das empresas contábeis na busca de um objetivo, comum: estabelecer uma marca da qual o usuário de nossos serviços vai recordar-se quando tiver necessidade.

É certo que a publicação tem sido utilizada por algumas empresas contábeis na maioria dos casos, de forma tímida, como anúncios em mídia alternativa (ponto de ônibus, pequenos classificadores etc.), ou com um certo vigor, como anúncios em rádio. Todavia, percebe-se que estes anúncios são de pouca duração. Além do mais, alguns outros meios de divulgação tem sido usado pelas empresas contábeis (mala direta, folhetos etc.), mas os resultados ou não são divulgados ou poucos tomam conhecimento. (THOMÉ, 2001, p. 128).

O Marketing Contábil para Bertozzi (2003, p. 2):

são todos os esforços estratégicos e comunicacionais para ofertar serviços de qualidade criados para suprir a necessidades e desejos do cliente, utilizando os instrumentos de marketing de acordo com o Código de Ética. O contabilista deve construir uma marca pessoal no universo contábil. O marketing é a principal arma para posicionar o profissional em um mercado altamente competitivo e deve ser incansável para obter os melhores resultados. A formatação adotada é de planejamento estratégico constante, visando a segmentação de grupos de ações. O marketing contábil busca, por meio da criatividade, a fórmula ideal para atrair pessoas, relacionamentos profissionais e clientes, além de preocupar-se com a evolução da sociedade e de seu desenvolvimento perante os novos fatores tecnológicos.

Diante do exposto pode-se observar que cabe ao contador mudar e incrementar o Marketing de Serviços para a Contabilidade, por meio da sua criatividade com o Marketing, o que

permite uma melhor divulgação de suas atividades e um ganho maior de clientes que vêem naquela publicidade de trabalho uma oportunidade de melhorar seu empreendimento.

Ainda Bertozzi (2003, p. 2) afirma que:

o marketing contábil visa a construir uma marca pessoal ou de uma organização. A idéia da comunicação no mundo contábil sempre foi repudiada ou sequer desenvolvida, mas com a massificação da profissão, a tendência é que os contabilistas comecem a se movimentar neste sentido, tal qual tem acontecido em outros países.

Como se observa a finalidade do marketing é de servir de ligações conclusivas entre o mercado e os contabilistas, criando e oferecendo serviços onde os clientes possam perceber o seu real valor.

Os contabilistas que buscam o sucesso profissional precisam trabalhar no desenvolvimento da sua marca pessoal tentando relacionar a sua imagem positiva, e junto com isso oferecer serviços diferenciados, buscando identificar e entender as necessidades dos clientes, estando atualizado com as perspectivas e tendências do mercado em que o cliente atua.

2.3 Serviços

2.3.1 Conceito

O termo serviço é utilizado para designar vários fenômenos, cada um com diferentes significados. De forma genérica, Grönroos (1995 apud CARVALHO; VERGARA, 2000, p. 2) define serviço como:

série de atividades de natureza mais ou menos intangível - que normalmente, mas não necessariamente, acontece durante as interações entre clientes e empregados de serviço e/ou recursos físicos ou bens e/ou sistemas do fornecedor de serviços - que é fornecida como solução ao(s) problema(s) do(s) cliente(s).

Autores como Kotler e Keller (2006, p. 409) definem serviço como "qualquer ato ou desempenho que uma parte possa oferecer a outra e que seja essencialmente intangível e

não resulte na propriedade de nada. Sua produção pode ou não estar vinculada a um produto físico”.

Conforme Casas (2007, p. 17) serviços constituem “uma transação realizada por uma empresa ou por um indivíduo, cujo objetivo não está associado à transferência de um bem”. O autor considera serviço como “um ato, uma ação, um esforço, um desempenho”.

O nível destas experiências varia de acordo com a situação. Um passageiro de uma companhia aérea recebe uma prestação de serviços enquanto durar sua viagem, ou seja, alguns minutos ou algumas horas. Um proprietário, ao contratar uma construtora para construir uma casa, pode receber a prestação de serviços durante alguns anos, enquanto durar a construção. Nesses casos, o consumidor compra serviços com diferentes durabilidades, podendo também ser consumidos em diferentes graus de tangibilidade. Um aluno na sala de aula recebe um produto altamente intangível, o conhecimento do professor, que profere uma aula expositiva, enquanto os clientes de um restaurante recebem serviços de atendimento, além do tangível representado pela refeição que consomem (CASAS, 2007, p. 18).

Observando o exposto, os serviços podem apresentar-se conforme Dias apud (2006, p. 107); Casas (2007, p. 204) e Augusto (2006, p. 30) de várias formas, levando em consideração as seguintes características: intangibilidade, variabilidade, inseparabilidade e perecibilidade.

Os serviços são intangíveis, uma vez que, segundo Dias et al (2006, p. 107), “não tem aparência nem consistências físicas”. Isto porque, conforme Kotler e Keller (2006, p. 411) “diferentemente dos produtos, os serviços não podem ser vistos, provados, sentidos, ouvidos ou cheirados antes de serem comprados”.

Dias et al (2006, p. 107) entende que “o que se torna consistente para o consumidor é o resultado da prestação do serviço oferecido, no caso específico dos serviços contábeis seriam as orientações fiscais, contábeis, e trabalhistas, o cálculo dos impostos, etc”.

Os serviços como algo intangível serão sempre atos ou ações vivenciadas, tendo sempre presente a relação interpessoal e o fator humano, pois a base de criação de qualquer serviço surge da necessidade do homem na busca dos seus objetivos.

A variabilidade, na visão de Dias et al (2006, p. 107), expressa a noção de que “nos serviços se torna difícil manter alto grau de padronização permanente”. Augusto (2006, p. 30) busca exemplificar tal característica evidenciando o fato de “uma empresa de serviços contábeis escriturar os livros obedecendo aos princípios contábeis e as Leis federais, enquanto que outra empresa escritura sem preocupação”.

Quanto à inseparabilidade do serviço, de acordo com Casas (2007, p. 206), ocorre “quando a produção e consumo ocorrem simultaneamente”. Entende-se então que a aparência física tanto dos profissionais como também do ambiente ganha importância significativa sendo necessário desenvolver os serviços pensando não somente no que o cliente quer, mas principalmente naquilo que ele espera.

Em geral, os serviços são perecíveis. Há perecibilidade do serviço, conforme Dias et al (2006, p. 107) uma vez que “é impossível armazenar o serviço”. Em outras palavras, o serviço não pode ser realizado com antecedência, a prestação do serviço, bem como o seu consumo ocorrem ao mesmo tempo. Augusto (2006, p. 30) sintetiza tal afirmação ao exemplificar a escrituração contábil de um livro contábil ou fiscal, que “só pode ser efetuada após a contratação, pois antes disto não se têm elementos necessários para tal execução”.

Incontestavelmente, observa-se que criar uma operação de serviços bem-sucedida parece ser uma tarefa difícil, pois é através dos serviços que se sustenta o vigor, o compromisso, as habilidades e o conhecimento daquele que o desempenha, em qualquer momento.

2.3.2 *Qualidade de serviços*

O serviço bem executado fará sempre que o cliente satisfaça sua necessidade e procure novamente a empresa. Assim, entre os contabilistas, verifica-se que quanto melhor executado seu trabalho mais satisfeito estará seu cliente.

De acordo com Kotler e Keller, (2006, p. 406):

A qualidade do serviço de uma empresa é testada sempre que o serviço é prestado. Se os vendedores se mostram entediados, não conseguem responder a perguntas simples ou ficam conversando e deixam os clientes esperando, os clientes pensarão duas vezes antes de fazer negócios novamente com essa empresa.

Assim, em geral, conforme Kotler e Keller (2006, p. 406) “eles comparam o serviço percebido com o serviço esperado. Se o serviço percebido não atender às expectativas do serviço esperado, os clientes perderão o interesse pelo fornecedor”, uma vez que se o serviço percebido atender às expectativas ou for além do que se esperava, os clientes ficarão procurarão novamente este fornecedor.

Cabe ainda acrescentar que seguindo o raciocínio de Thomé (2001, p. 80),

o empresário que gosta do que faz, faz com qualidade, e sua empresa mantém-se no mercado por muitos anos, conservando seus clientes, mesmo que eles não possam avaliar a qualidade dos serviços. Já o empresário que não gosta do que faz, não o faz com qualidade, e com o passar dos anos as falhas vão aparecendo.

Nesse contexto, quando o contabilista executa seus serviços com qualidade, ele garantirá uma boa clientela e adeptos de seus serviços o que fará sua empresa crescer e seu nome progredir no mercado. Quando o contabilista não executa suas atividades com a devida precisão, acaba provocando a insatisfação dos clientes, e por conseguinte, a trocando aquele serviço pelo de outro contabilista que atenda as necessidades do mercado.

2.3.3 *Serviços contábeis*

O contabilista no uso de suas atribuições executa diversos serviços imprescindíveis para o funcionamento e crescimento de uma organização, seja ela com fins lucrativos ou não. Nesse esteio, faz-se necessário que se conheça os serviços executados pelo profissional da contabilidade para diferenciá-los, formando conhecimentos específicos sobre cada um.

Conforme Thomé (2001, p. 63) os serviços contábeis são: escrituração contábil, conciliação de contas, demonstrações financeiras, declarações fiscais, contabilidade gerencial, arquivo magnético e arquivo de documentos.

A escrituração contábil segundo Ribeiro (2003, p. 95) "é uma técnica contábil que consiste em registrar nos livros próprios (Diário, Razão, Caixa etc.) todos os acontecimentos que ocorrem na empresa e que provocam modificações no patrimônio".

É importante esclarecer que o Código Civil Brasileiro, no seu art. 1.179 dispõe a acerca da necessidade de escrituração uniforme de livros pelo empresário ou pela sociedade empresária. Assim diz:

Art. 1.179 - O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

De acordo com Thomé (2001, p. 64) "Os lançamentos contábeis podem ser feitos a partir dos documentos fornecidos pelo cliente, o que é mais comum, ou transferidos do arquivo magnético gerado pelos controles internos do cliente, prática que vem crescendo no mercado".

Observa-se que existem vários programas específicos à disposição o que facilita a escrituração. Ademais, existem empresas como, por exemplo, a ecos sistemas, precisão, fisco, mastermaq, fortes, etc, que serve como auxílio, na escrituração contábil.

Os lançamentos contábeis serão transformados nos Livros Diário e Razão, o primeiro obrigatório pelo Código Comercial, o segundo pela legislação do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (2001, p. 64).

O Livro Diário, principal livro de escrituração contábil, registra todas as operações que envolveram o patrimônio da empresa no decorrer de um período.

Conforme Marion (2005, p. 247) O Diário "é um livro obrigatório (exigido por lei) em todas as empresas. Registra os fatos contábeis em partidas dobradas na ordem rigorosamente cronológica do dia, mês e ano".

De acordo com Silva (2006, p. 91) o Livro Diário "É um livro usado na escrituração contábil para registrar, em ordem cronológica, as ocorrências representativas dos fatos contábeis que alterem a posição patrimonial, quer quantitativamente quer qualitativamente".

O uso do livro Diário está previsto no art. 1.180 do Código Civil Brasileiro e na legislação Tributária, no artigo 258 do Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99.

Assim, o art. 258 do Regulamento do Imposto de Renda (Dec.3000 de 26 de março de 1999) refere-se ao livro Diário como sendo de uso obrigatório. Conforme o art. 258 do RIR/99:

Art. 258 - Sem prejuízo de exigências especiais da lei, é obrigatório o uso de Livro Diário, encadernado com folhas numeradas seguidamente, em que serão lançados, dia a dia, diretamente ou por reprodução, os atos ou operações da atividade, ou que modifiquem ou possam vir a modificar a situação patrimonial da pessoa jurídica.

O livro Diário deve ser encadernado com folhas numeradas seqüencialmente, nos quais serão lançados, dia-a-dia, os atos ou operações da atividade, que modifiquem ou possam vir a modificar a situação patrimonial da empresa. (RIBEIRO, 2003, p. 96)

O livro Diário pode ser substituído por fichas. Segundo Ribeiro (2003, p. 97):

O livro Diário poder ser substituída por ficha (contínuas, em forma de sanfona, soltas ou avulsas), escriturada por processo manual, mecanizado ou por processamento eletrônico de dados (computador). No entanto, seja qual for o sistema de Escrituração adotado, a empresa deverá cumprir os registros intrínsecos, previstos na lei fiscal e comercial para o livro Diário.

Ribeiro (2003, p. 97) menciona, ainda, que estão relacionadas à escrituração, que,

no Diário, será completa em idioma e moeda corrente nacional, em forma mercantil, com individualização e clareza, por ordem cronológica de dia mês e ano, sem intervalos em branco nem entrelinhas, borraduras, rasuras, emendas e transportes para a margens.

Assim, pode-se entender que cada lançamento no Diário deverá ter: local e data da operação, título da conta de débito, título da conta de crédito, histórico, valor da operação em reais. Acrescenta-se no final do livro Diário o Plano de Contas utilizado na empresa e as demonstrações financeiras de cada exercício.

Os livros ou fichas (Diário) deverão conter termos de abertura e encerramento, a ser submetido a autenticação no órgão competente do Registro do Comércio ou quando se tratar de empresa civil, no Registro e civil quando se tratar de Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Tributos e Documentos, (RIBEIRO, 2003, p. 96).

Considerado por muitos autores, o instrumento mais valioso para o desempenho da Contabilidade, o Livro Razão, antes, facultativo, hoje, obrigatório, a partir de 1991 com a lei nº. 8.218 de 29/8/91, é indispensável em qualquer tipo de empresa, segundo a redação do artigo 14 da citada lei:

Art. 14 – A tributação com base no lucro real somente será admitida para as pessoas jurídicas que mantiverem, em boa ordem e segundo as normas contábeis recomendadas, livro ou fichas utilizados para resumir e totalizar, por conta ou subconta, os lançamentos efetuados no Diário (Livro Razão) mantidas as demais exigências e condições previstas na legislação.

Conforme Ribeiro (2003 p. 98) Razão “é um livro de grande utilidade para a contabilidade porque registra o movimento individualizando de todas as contas. É realizado em contas individualizadas”.

Segundo Marion (2005, p. 246) O livro Razão "Por muito tempo foi facultativo. Hoje obrigatório. É indispensável em qualquer tipo de empresa: é instrumento mais valioso para a o desempenho da contabilidade".

Para Silva (2006, p. 92) o livro Razão "é também um livro obrigatório para as empresas sujeitas à escrituração contábil. Tem como finalidade o registro de forma resumida das operações. É utilizado para o registro sistemático dos fatos contábeis. Para cada conta, um razão".

O Razão é considerado como livro ou fichas utilizados para resumir e totalizar, por conta ou subconta, os lançamentos realizados no Diário. Através desta descrição pode-se concluir que Razão e Razonete são os mesmos. O Razonete deriva do Razão, sendo uma forma simplificada, uma forma didática do Razão.

O Razão, portanto, agrupa em um todo as contas Patrimoniais que são as contas do Balanço e as contas de Resultados, sendo estas as Receitas e Despesas.

Observa-se que a adoção do Diário e do Razão em fichas permite a escrituração simultânea e mais rápida de ambos os livros. Esta combinação é denominada Diário Razão.

Outro livro importante no trabalho de escrituração contábil, apesar de não ser obrigatório, é o livro Caixa, que retrata análises simplificadas e precisas do giro que ocorre no patrimônio das entidades.

Ribeiro (2003, p. 99) define que "o livro Caixa é um livro auxiliar". Nele são registrados todos os Fatos Administrativos que envolvem entrada e saída dinheiro. É um auxílio no controle da contabilidade dos recursos da entidade, onde se registra também as variações positivas ou negativas desses recursos (dinheiro ou bens). No livro caixa, registra-se as entradas (arrecadação, doações) e as saídas (gastos com as atividades, salários e manutenção).

Trata de um livro que tem o seu fechamento diário e pode ser totalizado mensalmente. Ao final de cada livro, é apresentado um resumo das receitas vencidas no mês, recebidas ou não. O mesmo resumo é feito para as despesas vencidas.

O livro caixa deve conter ainda os termos de abertura e de encerramento, devendo ser assinados pelo contabilista responsável pela escrituração e pelo representante legal da empresa.

Desse modo, antes do encerramento da escrituração todas as contas, devem ser conciliadas, principalmente as da movimentação bancária, as contas representadas pelos créditos que são os clientes, duplicatas a receber etc, e de débitos, fornecedores, financiamentos etc.

Após o encerramento de todo o procedimento de escrituração, faz necessário uma análise das demonstrações financeiras ou contábeis para um melhor entendimento da situação financeira da empresa.

O artigo 176 da Lei nº 6.404/76 estabelece que, ao final de cada Exercício Social a diretoria da empresa deve elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da empresa e as mutações ocorridas no exercício. (RIBEIRO, 2003, p. 318)

Conforme Silva (2006, p. 43):

as Demonstrações Contábeis são peças contábeis elaboradas com base em técnicas próprias, evidenciando a posição da empresa em determinado momento. São peças fundamentais capazes de levar informações a quem necessita sobre aspectos financeiros e econômicos da organização.

As demonstrações contábeis são de suma importância para evidenciar a situação que se encontra a empresa. Através delas pode-se enxergar a verdadeira realidade da empresa em um determinado momento.

Conforme o artigo 176 da Lei 6404/76, as demonstrações contábeis obrigatórias são o balanço patrimonial (BP), a demonstração do resultado do exercício (DRE), a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados (DLPA), a demonstração das origens e aplicações de recursos (DOAR) e, com o surgimento da Lei 11.638/07 tornou-se obrigatória a demonstração do fluxo de caixa (DFC), que vem substituir a (DOAR) para as sociedades por ações e as companhias de capital fechado, que tenha seu patrimônio líquido superior a dois milhões de reais, e demonstração do valor adicional (DVA).

Em substituição da demonstração de lucros ou prejuízo acumulados, as empresas podem elaborar a demonstrações das mutações do patrimônio líquido. O balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício e a demonstração de lucros ou prejuízo acumulados devem ser transcritos no livro Diário. (RIBEIRO, 2003, p. 318)

De acordo com o art. 176 da Lei nº 6.404/1976, as demonstrações financeiras devem, ser complementadas por notas explicativas e por outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários ao bom esclarecimento da situação patrimonial e resultado do exercício.

Uma das demonstrações financeiras que evidencia, resumidamente o patrimônio da empresa, quantitativa e qualitativamente é o Balanço Patrimonial (BP).

Silva (2006, p. 47) define Balanço patrimonial como sendo “uma demonstração resumida do estado patrimonial, representando uma situação estática em um determinado momento”.

Portanto, o balanço patrimonial é uma demonstração contábil que tem por objetivo mostrar a situação financeira e patrimonial de uma entidade numa determinada data. Representando, portanto, uma posição estática da mesma.

No balanço patrimonial, consoante o artigo 178 da lei nº 6.404/76, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e análise da situação financeira da empresa. Assim, no ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos: ativo circulante, ativo realizável a longo prazo, ativo permanente, dividido em investimentos, ativo imobilizado e ativo diferido. Já, no passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos: passivo circulante, passivo exigível a longo prazo, patrimônio líquido dividido em capital social. Os saldos devedores e credores que a empresa não tiver direito de compensar serão classificados separadamente.

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), também denominada Demonstração da Dinâmica Patrimonial, mostra, de forma estruturada, os componentes que provocaram a alteração na situação líquida patrimonial em determinado período. O objetivo da DRE é fornecer aos usuários das demonstrações financeiras da empresa os dados básicos e essenciais da formação do resultado do exercício que é o lucro ou prejuízo.

Neste sentido, Silva (2006, p. 145) diz que:

como no Balanço Patrimonial, a Lei nº 6.404/1976 determinou como deve ser estruturada a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). As contas de Resultado deverão ser dispostas conforme determina a referida norma. Destacamos aqui, que ao contrário do Balanço Patrimonial, só entrarão nesta demonstração tão-somente as contas de receitas e os rendimentos e ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda e os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.

Outra demonstração contábil trata da Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) que conforme Silva (2006, p. 355) “deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia”.

A DLPA mostra a mutação do Patrimônio Líquido em termos globais e em termos internos. Globalmente, se verifica através dela novas integralizações de capital, resultado do

exercício, ajustes de exercícios anteriores, dividendos, reavaliações, etc. Por outro lado, em termos de mutações internas essa demonstração garante o conhecimento no caso de prejuízos, incorporações de reservas ao capital, e no caso de lucro, transferências de lucros acumulados para reservas, entre outras.

Portanto, a DLPA nada mais é do que a representação da conta Lucro ou Prejuízos acumulados.

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) é uma demonstração contábil onde evidencia, num determinado período, as mudanças que originaram as variações do capital circulante líquido da entidade. Portanto, o objetivo da DOAR, é demonstrar a variação do Capital Circulante Líquido (CCL) em determinado período.

Nos exposto por Silva (2006, p. 361):

a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos indicará as modificações na posição financeira da companhia, indicando as Origens dos Recursos, as Aplicações dos Recursos e o excesso ou insuficiência das Origens de Recursos em relação às Aplicações, representando aumento ou redução do Capital Circulante Líquido - CCL (ativo circulante - passivo circulante).

A demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) não é de apresentação obrigatória. Contudo, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por meio da Instrução nº 59/86, a tornou obrigatória para as companhias de capital aberto.

Desta forma, conforme o art. 1º da Instrução nº 59/86 "as companhias abertas deverão elaborar e publicar, como parte integrante de suas demonstrações financeiras, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, referida ao artigo 186, § 2º, in fine, da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976".

Segundo Silva (2006, p. 391) essa demonstração "não é uma exigência da lei nº 6.404/1976 e sim da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Tem como objetivo demonstrar as oscilações sofridas pelo Patrimônio Líquido das sociedades em determinado período."

Tal demonstração é muito mais abrangente do que a Demonstração de Lucros ou prejuízos Acumulados, pois mostra de forma mais detalhada toda a movimentação ocorrida durante o exercício nas contas do Patrimônio Líquido. Através da DMPL sabe-se de forma completa as alterações ocorridas no patrimônio das empresas.

Com o advento da Lei 11638/2007, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras, significativas mudanças ocorreram para a Contabilidade.

No que tange as Demonstrações Financeiras, as mudanças foram mais notáveis. Assim, não existe mais a DOAR na lei da contabilidade. Com a lei nº 11638/2007 as demonstrações financeiras obrigatórias são: Balanço Patrimonial, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Fluxos de Caixa, Demonstração de Valor Adicionado para companhia aberta.

Para Neves e Viceconti (2004, p. 273), "a DFC- Demonstração de Fluxos de Caixa, à semelhança da DOAR, também visa identificar as modificações ocorridas na posição financeira da empresa".

Conforme Barreto, (2005, p. 369) a DFC "é instrumento de gerência para a administração eficiente da empresa, voltada para a gestão dos recursos financeiros disponíveis". Ainda nas palavras de Barreto:

A demonstração do Fluxo de Caixa – DFC – fornece aos administradores ou gestores da entidade pessoal (pessoa física ou jurídica) o controle da situação financeira representada pela obtenção e origem de recursos próprios ou de terceiros (entradas) e a alocação específica desses recursos (saída), proporcionando informações.

Só que, diferentemente da DOAR, no caso da DFC, a posição financeira retratada é a de curtíssimo prazo, representada pelo saldo do Disponível.

É importante esclarecer que existem dois métodos de elaboração da DFC: o método direto e o método indireto. Verifica-se que as diferenças entre os métodos direto e indireto são limitadas, exclusivamente, aos fluxos das atividades operacionais. Os fluxos das atividades de financiamento e de investimento são demonstrados de forma igual nos dois métodos.

De conformidade Neves e Viceconti (2004, p. 279) "o método direto corresponde a uma descrição do fluxo de entradas e saídas no disponível durante o exercício".

Portanto, no método direto, a DFC é elaborada a partir da movimentação diretamente ocorrida nas disponibilidades. Nesse método, são apresentados todos os itens que tenham provocado entrada ou saída de disponibilidades, vale dizer, todos os pagamentos e recebimentos.

Enquanto no método indireto, também conhecido como método da reconciliação, a DFC é elaborada a partir do resultado, ou seja, do lucro ou prejuízo líquido do exercício, de forma semelhante à elaboração da DOAR.

Nesse sentido, Neves e Viceconti (2004, p. 274) “a DFC, pelo método indireto, é muito similar à DOAR, com a diferença que as variações do Ativo Circulante (exceto do Disponível) e do Passivo Circulante passam a integrar as origens e aplicações de recursos da demonstração”.

A companhia fechada, segundo o art. 176, § 6º da lei nº. 11.638, não será obrigada a apresentar a DFC se na data do balanço apresentar um Patrimônio Líquido inferior a dois milhões de reais.

No que se refere à Demonstração do Valor Adicionado (DVA) verifica-se que é utilizada para mensurar os benefícios socioeconômicos que uma empresa pode trazer para uma determinada região. Assim, com base na DVA, é possível identificar os benefícios da empresa para a região e, por meio da análise de índices extraídos da própria Demonstração, verificar como está sendo o seu comportamento.

Assaf Neto (2006, p. 108) conceitua “a DVA como um componente do Balanço Social da entidade. De maneira geral, a DVA é a demonstração do quanto à empresa agregou de valor no período relacionado e informado”.

A DVA surgiu para suprir a lacuna no que tange às informações divulgadas pelo conjunto de demonstrações já existentes. Nesse contexto Assaf Neto (2006, p. 109) diz que:

A DVA surgiu para suprir essa lacuna no que tange às informações divulgadas pelo conjunto de demonstrações já existentes. A DRE é a demonstração que mais se aproxima da DVA e na prática é a base para a elaboração da mesma. Porém, a diferenciação básica entre DRE e DVA é que a primeira tem o poder de explicação no resultado do período, em que as informações são voltadas basicamente para os sócios e acionistas. A segunda, a DVA, completa essas informações de forma positiva, ou seja, está dirigida para a geração da riqueza e sua respectiva distribuição pelos fatores de produção (capital e trabalho) e ao governo.

Portanto, conforme Assaf Neto (2006, p. 109) “a DVA é a demonstração da receita deduzida dos custos dos recursos adquiridos de terceiros. Representa o quanto à entidade contribuiu para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) do país”. Como citado, a base da DVA é a DRE, sendo, portanto, na sua elaboração utilizados dados fornecidos pela contabilidade.

É importante esclarecer que a DVA demonstra ao usuário o quanto cada empresa criou de riqueza e como distribuiu aos agentes econômicos que ajudaram a criar essa riqueza. Ela pode ser utilizada como forma de avaliação de desempenho e de acompanhamento de agregação do valor para a sociedade, ou seja, o quanto à empresa agregou de valor efetivamente para a sociedade.

Diante do exposto, é certo que os maiores interessados nas informações a serem fornecidas pelas empresas contribuintes, são o governo federal, estadual e municipal, razão pela qual as declarações que contém as informações que os órgãos desejam são, geralmente, complexas, cujas informações são extraídas da contabilidade. A contabilidade e alguns programas específicos fornecidos por estes órgãos ajudam o empresário contábil a cumprir essas obrigações para os seus clientes.

Algumas empresas com faturamentos elevados são obrigadas a apresentar arquivo magnético. Assim, dispõe Thomé (2001, p. 65):

a legislação obriga as empresas com mais de R\$ 1.633.072,44 (um milhão seiscentos e trinta e três mil setenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) de patrimônio líquido a fornecer, quando solicitado, o arquivo de sua escrituração contábil na forma que a lei determina.

É necessário que as empresas guardem e conservem os documentos que serviram de base para a escrituração contábil por um período que varia de acordo com a legislação que faz a exigência.

O cliente também deve ser alertado sobre a importância da conservação desses documentos, principalmente por ocasião da visita da fiscalização, ou da necessidade de servirem de prova em litígios com clientes, fornecedores ou entre os sócios, seus herdeiros e terceiros, em juízo ou fora dele.

2.3.3.1 Escrita Fiscal

A escrita fiscal é um dos serviços que pela grande concentração de atividades obrigatórias e acessórias, tende a consumir grande parte do tempo dos profissionais para as exigências dos órgãos públicos encarregados da tributação fiscal. Ademais, deve-se ainda levar em consideração que a burocracia na execução de tais atividades acresce o tempo despendido,

suprimindo, por outro lado, o necessário para assessorar seus clientes na gestão contábil dos seus empreendimentos.

A escrituração contábil necessita de uma integração com o programa de escrituração fiscal visando evitar erros e economizar trabalho, uma vez que elimina nova entrada de dados já digitados pelo departamento fiscal.

A legislação fiscal é extensa e complexa. Para trabalhar com o departamento fiscal, o profissional contabilista precisa conhecer diversos conjuntos de dispositivos legais, tais como: a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a legislação que regulamenta o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do seu Estado, as disposições sobre o Imposto Sobre Serviços (ISS) de seu Município, as regras do Simples, do Lucro Presumido, do Lucro Real, do PIS e da Cofins.

As principais atribuições desse departamento são: a escrituração dos documentos fiscais, a apuração dos impostos e contribuições e, o fornecimento das informações fiscais obrigatórias.

O contabilista na parte de escrituração fiscal é responsável pelo registro das notas fiscais de compras, vendas e prestação de serviços, cálculo de impostos, emissão de guias e confecção, emissão de CND's - Certidões Negativas e/ou positivas de Débitos e transmissão das declarações federais, estaduais e municipais.

Conforme, Thomé (2001, p. 69) "a escrituração dos documentos fiscais é constituída de muita rotina, porém o profissional deve ficar atento para os documentos que fogem dela de modo a não cometer erros com relação aos débitos e créditos por eles gerados".

Assim, deve-se evitar os erros e atrasos no registro das informações pois consoante assevera Thomé (2001, p. 70) "as multas impostas pelo poder público em razão de atraso ou da falta de entrega de informações acessórias pelo contribuinte chegam, em alguns casos, a um verdadeiro confisco".

Convém lembrar que além da escrituração dos documentos fiscais, outra atribuição desse departamento trata-se da apuração de impostos e contribuições. Na lição de Thomé, (2001, p. 70):

É normal que o programa utilizado para a escrituração dos livros fiscais apure automaticamente o valor dos impostos e contribuições a recolher, desde que o profissional forneça a ele todos os dados necessários, e alguns desses dados devem ser obtidos em outros departamentos da empresa contábil. Por exemplo, para a apuração dos tributos federais devidos pela empresa optante pelo lucro presumido, a contabilidade deverá fornecer o

valor dos rendimentos obtidos em aplicações financeiras e o respectivo imposto retido.

A apuração de impostos e contribuições, portanto, depende que o contabilista forneça dados ao programa fiscal para que ele possa apurar os tributos, informações trazidas muitas vezes todos do setor contábil. Concluída a apuração, as respectivas guias são emitidas e enviadas ao cliente para recolhimento.

Quanto as Obrigações Federais, a Secretaria da Receita Federal é responsável, dentre outras, pela emissão do CNPJ (Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas), CPF (Cadastro das Pessoas Físicas) e pela fiscalização de todas as operações financeiras movimentadas pela empresa e pelos sócios.

É importante mencionar que dentre as modalidades de tributação, destaca-se Simples Federal - Sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições das microempresas e das empresas de pequeno porte, que corresponde a uma forma simplificada e unificada de pagamento dos impostos. São eles: IRPJ - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas; PIS - Programa de Integração Social; CSLL - Contribuição Social sobre Lucro líquido; COFINS - Contribuições para a Seguridade Social; IPI - Imposto Sobre Produtos Industrializados; INSS (parte referente ao empregador) (BARRETO, 2005, p. 427).

Dentre as obrigações acessórias ao SIMPLES, segundo Barreto (2005, p. 429) destaca-se a escrituração de livros fiscais contábeis; a entrega de declarações aos órgãos federais, estaduais e municipais; DIPJ - Declaração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica; DIRF - Declaração de Imposto Retido na Fonte; DITR - Declaração de Imposto Territorial Rural; afixação do cartaz do SIMPLES às dependências da empresa.

Outra modalidade de tributação trata do Lucro Presumido. Esta é uma forma de tributação simplificada, cujo imposto é pago através de alíquotas incidentes sobre o faturamento bruto da empresa. Em regra o período de apuração é mensal (PIS, COFINS) ou Trimestral (IRPJ e CSLL). Observa-se que todas as empresas não obrigadas ao lucro real podem optar ao Lucro Presumido.

Quanto às Obrigações acessórias federais e periodicidade do Lucro Presumido destaca-se: DIPJ - Declaração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica "Anual"; DCTF - Declaração de Contribuições e Tributos Federais; "Semestral"; DACON - Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais "Semestral"; DIMOB - Declaração de Informações Sobre Atividades Imobiliárias "Anuais"; DIRF- Declaração de Imposto Retido na Fonte "Anual"; DITR - Declaração de Imposto Territorial Rural "Anual". (BARRETO, 2005, p. 429)

Quanto à modalidade do Lucro Real, trata de uma forma de tributação em que o imposto é pago sobre a receita deduzida de todas as despesas e custos. A base de cálculo do Lucro Real são todas as receitas de vendas, serviços, receitas financeiras deduzidos dos impostos incidentes sobre vendas, custos e despesas. O período de apuração pode ser trimestral ou anual, com balancetes mensais. Toda empresa pode optar pelo Lucro Real.

As obrigações acessórias ao Lucro Real são: DIPJ; DCTF; DIRPF; DIRF; DITR; escrituração do Livro Diário, Razão e LALUR; DIMOB; DACON.

Tem-se, ainda, a modalidade do Lucro Arbitrado que acontece quando a empresa, sujeita à tributação com base no lucro real, não mantiver escrituração na forma das leis comercial e fiscal, ou deixar de elaborar as demonstrações financeiras. Neste caso, poderá ter o pagamento do Imposto de Renda arbitrado pela Receita Federal ou por opção da administração da empresa.

Antes de utilizar qualquer tipo modalidade de tributação deve ser feito um planejamento tributário para detectar qual delas seria a mais adequada para a empresa, haja vista que uma escolha errada pode trazer sérias complicações econômicas para o futuro da empresa.

Quanto as Obrigações Estaduais, a Secretaria da Receita Estadual é responsável pela emissão concessão do número de Inscrição Estadual e pela fiscalização de todas as Pessoas Físicas ou Jurídicas que praticam operações com Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte e Comunicação.

É de competência obrigatória das empresas à emissão de Notas Fiscais de Saídas de mercadorias e Serviços. Vale ressaltar que as notas fiscais de vendas de produtos, mercadorias e prestação de serviços devem ser emitidas em ordem numérica seqüencial e cronológica, usando carbono em todas as vias. É importante esclarecer que diante da modernização tecnológica isso tende acabar, haja vista que com o surgimento e posterior obrigatoriedade da Nota Fiscal Eletrônica, as empresas necessitam de alterar os seus atuais sistemas de emissão de notas fiscais em papel por notas fiscais digitais.

Cabe, ainda, discriminar de forma legível a identificação do destinatário (comprador), a natureza da operação, descrição dos produtos, mercadorias e serviços, valores unitários e totais, destaque dos impostos incidentes (ICMS, IPI, ISS, IRRF); código da situação tributária (CFOP) e informações complementares. (BARRETO, 2005, p. 431).

2.3.3.2 Serviço Pessoal

A eficiência da empresa perante seus clientes pode variar em função do desempenho do departamento de pessoal.

Assim, é muito importante que o contabilista busque desenvolver com bastante presteza as atividades do serviço de pessoal, uma vez que na lição de Thomé (2001, p. 66) “os defeitos - erros e omissões cometidos na prestação de serviços inerentes ao departamento de pessoal, ao contrário da maioria dos serviços prestados pela empresa contábil, são detectados pelos clientes com muita rapidez”.

Thomé (2001, p. 66) lembra que “os acordos e dissídios coletivos são uma permanente armadilha para todos os chefes de departamento pessoal, pela quantidade de obrigações extras que impõe aos empregadores”.

Esta e outras razões pelas quais o contabilista deve ter preocupação especial com a qualidade dos serviços prestados pelo departamento de pessoal, sem descuidar dos demais departamentos onde as falhas podem não ser detectadas rapidamente, mas, por outro lado, podem causar maiores danos.

Thomé (2001, p. 66), com muita precisão, afirma que “o departamento de pessoal pode ser para o cliente o espelho de toda a empresa contábil”. E assim continua “se ele funciona bem, todos os demais serviços também devem ser bons; se ele funciona mal, os outros departamentos, provavelmente, também parecerão ineficientes para o cliente”.

O departamento pessoal é responsável pela confecção e emissão dos relatórios inerentes aos empregados e sócios da empresa, para atender às legislações do INSS, FGTS, Ministério do Trabalho, Sindicatos e Receita Federal. (BARRETO, 2005, p. 459)

Convém esclarecer que os serviços realizados pelo departamento de pessoal dividem-se em quatro fases distintas: no momento da admissão do funcionário; durante a permanência do vínculo empregatício; em razão do seu desligamento e, por fim, a elaboração de relatórios e informações impostas pela complexa legislação que rege as relações trabalhistas.

A primeira fase é a admissão do funcionário. É importante lembrar que é proibida a permanência de empregados na empresa sem o devido registro na CTPS e recolhimentos das obrigações acessórias. Assim, ao ser admitido um novo funcionário deverá ser apresentada toda a sua documentação necessária para que o departamento pessoal possa efetuar o devido registro, sendo que parte das informações será transmitida pelo empregador e outras pelo próprio empregado.

Assim, Thomé (2001, p. 67) dispõe que:

Muitas das informações devem ser coletadas junto ao empregador sobre o contrato de trabalho (data da admissão, salário, cargo etc.) e sobre o empregado (endereço, número do PIS etc.), informações essas que serão utilizadas durante o vínculo (confeção da folha de pagamento, controle de férias, emissão da Rais etc.), todo cuidado deve ser tomado para que o cadastro do empregado seja feito sem erros ou omissões.

Na admissão do funcionário, portanto, deve-se ter bastante atenção no momento do registro, buscando desde logo corrigir erros e completar informações, que no futuro iriam exigir um trabalho muito maior caso viesse a ser descoberto possíveis omissões ou erros.

A segunda fase trata do vínculo empregatício. Aqui, conforme Thomé (2001, 68) "os serviços a serem executados nesta fase são rotineiros, porém, feito em um espaço de tempo muito pequeno", visto a obrigatoriedade do recolhimento das contribuições ao INSS até o dia 10 do mês seguinte.

Quanto à fase do desligamento do vínculo empregatício, o cliente deve ser orientado pela empresa contábil a não dispensar nenhum funcionário sem antes consultar o departamento pessoal sobre as verbas a serem pagas e outras obrigações a serem cumpridas, inclusive as constantes de acordos e dissídios.

E ainda afirma, nesse sentido, Thomé (2001, p. 6) que:

Muitas surpresas desagradáveis já foram evitadas porque o empregador consultou antecipadamente o seu contador, principalmente quando o empregado tem mais de um ano de contrato e a rescisão tem que ser homologada pelo Ministério do Trabalho ou pelo sindicato profissional.

Existe ainda, além das obrigações mensais, uma vez ao ano, o departamento de pessoal tem que preparar relatórios importantes, principalmente a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Essa relação informa à Caixa Econômica Federal, órgão gestor do PIS, uma série de dados sobre os empregados, principalmente os valores recebidos no ano anterior. Com base nessas informações a Caixa Econômica Federal credita rendimentos aos participantes e distribui o abono anual. Assim, qualquer erro ou omissão poderá privar o empregado dos seus rendimentos ou do abono anual e o seu empregador poderá ser obrigado a compensar esse prejuízo.

Em regra, o departamento de pessoal também é encarregado da emissão da folha de pró-labore dos sócios e da emissão da folha ou do controle dos pagamentos feitos a autônomos.

É importante salientar que, em alguns escritórios de contabilidade, o registro e controle das retenções de imposto de renda na fonte efetuadas pelos clientes, são de competência do setor pessoal, por ocasião de pagamentos feitos a pessoas físicas ou jurídica, como aluguéis e serviços sujeitos a retenção.

A partir do exposto, entende-se que há certas dificuldades enfrentadas pelo profissional contábil na execução do serviço de pessoal em virtude principalmente da legislação trabalhista fixar prazos muito curtos para cumprir tais serviços, o que deixa o profissional sobrecarregado com tantas obrigações.

2.4 SIG nas empresas

Muito se comenta que os gestores estão sempre tomando decisões importantes para o funcionamento e manutenção de suas empresas. Tais decisões requerem um certo cuidado, com uma análise mais profunda a cerca da situação, pois uma decisão importante mal tomada pode prejudicar todo um processo organizacional.

Seguindo o raciocínio de Marion (2005, p. 23) verifica-se que "Freqüentemente, os responsáveis pela - administração estão tomando decisões, quase todas importantes, vitais para o sucesso do negócio". Desse modo, é preciso a utilização de informações corretas, de dados precisos que contribuam para tomada certa de uma decisão.

Hendriksen e Breda (1999, p. 511) orientam que "a divulgação financeira deve fornecer informação útil à tomada de decisões racionais de investimento, concessão de crédito etc. por investidores e credores atuais e futuros, bem como outros usuários". Desse modo, de acordo com tais autores, as informações produzidas devem ser claramente transmitidas, uma vez que as mesmas determinam o futuro da entidade e dos seus usuários.

Nesse contexto, Marion (2005, p. 23), ainda define que:

a contabilidade é o grande instrumento que auxilia à administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.

Como forma de garantir que as informações produzidas possam servir na tomada de decisões, surge o Sistema de Informação Gerencial (SIG), ferramenta imprescindível para manutenção do processo organizacional.

De acordo com Mendes (2005, p. 21) o Sistema de Informação Gerencial (SIG) pode ser definido como “mecanismo utilizado para organizar e propiciar informações passadas, presentes e prospectivas relativas às operações internas e externas de uma organização, a tempo certo de assistir os tomadores de decisão”.

Bulgacov (1999, p. 260) define a contabilidade gerencial como:

o processo de identificação, medição, análise, preparação, interpretação e comunicação de informações financeiras, operacionais e físicas utilizadas no gerenciamento para planejar, avaliar e controlar uma empresa e assegurar o uso apropriado para a gestão de negócios.

Assim, verifica-se que uma empresa ou organização tem Contabilidade Gerencial se houver dentro dela pessoas que consigam traduzir os conceitos contábeis em atuação prática. Contabilidade Gerencial nada mais é do que gerenciamento da informação contábil.

Para Padoveze, (2007, p. 37) “o ponto fundamental da contabilidade gerencial é o uso da informação contábil como ferramenta para administração”.

Neste sentido, Migiyama (2003, p. 03) afirma que:

a Contabilidade Gerencial supre as necessidades da administração no que concerne ao uso das informações contábeis para o planejamento e ações da entidade quanto à produção, investimentos, desenvolvimento tecnológico, estratégias de mercado e outros que provoquem uma visão de futuro no intuito de alinhar todas as atividades e processos com a política e as metas da organização.

Como em geral, uma empresa ou organização é estruturada de forma hierárquica, a contabilidade gerencial deve suprir, através do sistema de informação contábil gerencial, todas as áreas da empresa. Como cada nível de administração dentro da empresa utiliza a informação contábil de maneira diversa, cada qual com um nível de agregação diferente, o sistema de informação contábil gerencial deverá providenciar que a informação contábil seja trabalhada de forma específica para cada segmento hierárquico da empresa. (PADOVEZE, 2007, p. 39)

Ainda sobre o raciocínio de Padoveze, (2007, p. 45), é importante lembrar que:

Para se fazer, portanto, contabilidade gerencial, é mister a construção de um Sistema de Informação Contábil Gerencial. Em outras palavras, é possível fazer e é possível ter contabilidade gerencial dentro de uma entidade, desde que se construa um Sistema de Informação Contábil.

Pode-se conceber que a Contabilidade, como centralizadora de dados e produtora de informações para toda a entidade, seja capaz de auxiliar no planejamento, controle e tomada de decisão. Dentro deste contexto, o Sistema Contábil (SIC) passa de subsistema do SIG à principal base de informações de uma organização. (MENDES, 2005, p. 21)

Desse modo, os sistemas de informações contábeis são de suma importância para dar suporte ao contabilista para sintetizar as informações, mas conforme Miranda et al (2007, p. 1) diz que é necessário:

verificar se os sistemas contábeis mais modernos estão de acordo com as necessidades da empresa, pois não adianta dispor de serviços contábeis automatizados se estes não proporcionam um retorno do que foi investido na sua implantação.

Diante disso, percebe-se que há a necessidade de um estudo adequado onde seja possível evidenciar as reais necessidades da empresa, conforme o seu porte, evitando assim custos desnecessários.

Almeida (2002 apud MIRANDA et al, 2007, p. 2) admite que:

a principal dificuldade numa implementação deste tipo é a resistência das pessoas à mudança cultural, pois muitos 'trabalhos' simplesmente desaparecem e o esforço com reeducação é muito grande, visto que novos conhecimentos e novas habilidades precisam ser adquiridos.

É notório que junto com as mudanças também surgem às resistências, principalmente porque às pessoas incorporam determinadas culturas e assim há maiores dificuldades de adaptação às novas habilidades e conhecimentos.

Miranda et al (2007, p. 3) ainda afirma que:

os empresários que possuem formação acadêmica se utilizam mais das informações contábeis para fins gerenciais do que aqueles que não possuem, constatando-se também que quanto maior é a afinidade do gestor com os relatórios e terminologias contábeis, maior é o grau de utilização da contabilidade para tais fins, sendo essa a explicação para a importância da formação acadêmica na área de Ciências Sociais.

É importante, ainda lembrar, que o SIG exige planejamento para produção dos relatórios, para atender plenamente aos usuários. Assim, segundo Padoveze (2007, p. 48) "é necessário ter o conhecimento contábil de todos os usuários, e construir relatórios com enfoques diferentes para os diferentes níveis de usuários". Viabilizando dessa forma, o controle do empreendimento.

Em se tratando de SIC Lyra (2003 apud MIRANDA et al, 2007, p. 4) entende que o "SIC consiste em conduzir a empresa de uma situação atual para uma situação objetivada, qualquer que seja o setor da empresa".

Tais setores, conforme relata o autor, são classificadas em: fiscal, na qual se faz a apuração tributária, impressão de livros fiscais, etc.; contábil, responsável pela elaboração dos demonstrativos básicos; pessoal, que cuida do serviço administrativo básico, como elaboração da folha de pagamento, cálculo do FGTS, da contribuição para o INSS, entre outros; e comercial/consultoria, que é caracterizada pelo contato com os clientes, implantação de controles, planejamento contábil, tributário, trabalhista e orçamentário, análise econômico-financeira e implantação de sistemas de administração por resultado. (MIRANDA, 2007, p. 4).

Observa-se que a necessidade da informação, aliada ao absoluto respaldo ao contador e a seu sistema, é o elemento vital para o sucesso de um sistema de informação contábil. Padoveze (2007, p. 45) afirma que "para que a informação contábil seja usada no processo de administração, é necessário que essa informação contábil seja desejável e útil para as pessoas responsáveis pela administração da entidade".

Caso esses conceitos de utilidade e necessidade da informação contábil não estejam imediatamente presentes no ambiente da cúpula administrativa da entidade, é tarefa do contador fazer nascer e crescer essa mentalidade gerencial. Para isso, é necessário apenas o conhecimento profundo da Ciência Contábil e de seu papel informativo-gerencial. (PADOVEZE, 2007, p. 49)

Elenca-se três pontos fundamentais para que um sistema de informação contábil tenha validade perene dentro de uma entidade, quais sejam: operacionalidade, integração e custo da informação.

No que diz respeito a operacionalidade observa-se que as informações entre contabilidade gerencial e financeira devem ser coletadas, armazenadas e processadas de forma operacional.

O fundamento da operacionalidade, conforme Padoveze (2007, p. 51) significa que:

todos os que trabalham com a informação contábil devem saber e sentir que estão operando com dados reais, significativos, práticos e objetivos; conseguidos, armazenados e processados de forma prática e objetiva. Com isso, teremos uma utilização gerencial, ou seja, uma utilização prática e objetiva.

São sinais de operacionalidade informativa, relatórios práticos e objetivos, ou seja, relatórios necessários para quem os utiliza e entendidos por os mesmos.

No que diz respeito à integração, os sistemas de contabilidade atuais apresentam arquitetados de forma não integrada. Entende-se não integrada a estruturação de vários sistemas de informação contábil dentro de uma empresa. Nota-se, como por exemplo, que o sistema de informação da contabilidade financeira não é o mesmo do sistema de informação da contabilidade de custos, que não é o mesmo sistema de informação do sistema orçamentário, que, por sua vez, também não é o mesmo do sistema do planejamento financeiro. (PADOVEZE, 2007, p. 51)

Entretanto, convém ressaltar que existem sistemas integrados. Padoveze (2007, p. 52) considera "um sistema de informação contábil como integrado quando todas as áreas necessárias para o gerenciamento da informação contábil estejam abrangidas por um único sistema de informação contábil". Em outras, significa que todos devem utilizar-se de um mesmo e único sistema de informação.

O que caracteriza um sistema de informação contábil integrado é a "navegabilidade" dos dados. A partir do momento em que um dado é coletado (e ele só será coletado pelo sistema se for um dado operacional), este deverá ser utilizado em todos os segmentos do sistema de informação contábil. (PADOVEZE, 2007, p. 52)

Um outro aspecto a ser observado é que o SIG deve ser analisado na relação custo-benefício para a empresa. O SIG deve mostrar uma situação de custo abaixo dos benefícios que proporciona à empresa.

Com a incorporação definitiva dos recursos computacionais, qualquer entidade, de microempresa a grandes corporações, tem condições de manter um sistema contábil de informação, cabendo ao contador fazê-lo gerencial.

Há que ressaltar que um sistema de informação contábil gerencial tem necessariamente que abranger todas as áreas de contabilidade e tem que incorporar todos os dados quantitativos necessários para mensuração e análise concatenada das informações com o movimento operacional da empresa. Juntamente com isso, o sistema deve prover todos os meios para trabalhar a informação em seus aspectos de informação pretérita, informação presente, informação pretérita atualizada e informação futura, com análises percentuais. (PADOVEZE, 2007, p. 53).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Tipologia, população, amostra da pesquisa e instrumento de pesquisa

Esse estudo é caracterizado como uma pesquisa do tipo exploratória, descritiva, de campo, e quantitativa. As pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximado, acerca de determinado fato. Muitas vezes as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla. (GIL, 1999, p. 43).

Gil (1999, p. 44) ainda afirma que as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis.

Para nortear a aplicação da pesquisa foi utilizado o cadastro dos profissionais de contabilidade (técnicos e contadores) do Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba (conforme Ofício CRC/PB Nº 352/2008, datado em 01 de julho de 2008).

O questionário de pesquisa, foi fundamentado em pesquisa bibliográfica, realizada em livros, artigos de periódicos científicos e de anais de congressos, dissertações, além de pesquisa na internet. O universo desta pesquisa é o conjunto de profissionais de contabilidade da cidade de Sousa, PB.

Foi selecionada uma amostra não probabilística, definida por acessibilidade, sendo limitada aos profissionais do município de Sousa, PB. Para obter os dados foi realizada pesquisa de campo, com aplicação de questionário, com perguntas objetivas e subjetivas. A coleta de dados foi realizada através de contato direto com o entrevistado para explicar o objetivo da pesquisa e assim obter um resultado mais satisfatório.

Nele consta que existem 88 profissionais, no entanto, 32 destes não atuam como contabilista (conta na relação, entretanto, atuam em outras áreas ou não atuam como contabilista), 15 profissionais não foram localizados (o endereço que consta no cadastro do CRC não correspondia à constatação) e 7 consta na relação mais pertence a outras cidades (Cajazeiras-PB, Marizópolis-PB, Uiraúna-PB e São José da Lagoa Tapada-PB), perfazendo um total de 54 profissionais que não foram absorvidos pela pesquisa. Portanto, a população objeto a partir da análise do cadastro passou a ser 34, número que foi efetivamente aplicada a pesquisa.

O questionário foi preenchido pelo próprio pesquisador a partir das respostas dos entrevistados. Utilizou-se esse procedimento como maneira de tentar aumentar a qualidade

das respostas, visto que permitiu esclarecer dúvidas dos respondentes sobre algumas questões.

3.2 Hipóteses da Pesquisa

As hipóteses definidas buscam propor explicações para os aspectos relacionados às dificuldades enfrentadas pelos profissionais de contabilidade na cidade de Sousa, PB, e ao mesmo tempo orientar a busca de informações que possam explicar as correlações existentes (ou não) entre as variáveis testadas.

Para Gil (1999, p. 56) "O papel da hipótese na pesquisa é sugerir explicações para os fatos. Essas sugestões podem ser a solução para o problema. Podem ser verdadeiras ou falsas, mas, sempre que bem elaboradas, conduzem à verificação empírica, que é o propósito da pesquisa científica".

Verifica-se, então, que a função da hipótese, na pesquisa científica, é propor explicações para certos fatos e, ao mesmo tempo, orientar a busca de outras informações. (CARVALHO, 2007, p. 51)

A partir do exposto, três hipóteses foram levantadas e testadas para averiguar a relação existente entre as variáveis, conforme descrição a seguir.

- 1a HIPÓTESE: Há relação entre o porte da empresa e a falta de interesse dos gestores nas informações contábeis.
- 2a HIPÓTESE: A burocracia influencia a falta de interesse do gestor nas informações contábeis.
- 3a HIPÓTESE: A categoria profissional influencia na elaboração de informações contábeis direcionadas para atender ao fisco.

A primeira hipótese verifica se há relação entre o porte da empresa e a falta de interesse dos gestores nas informações contábeis. Acredita-se que devido às empresas serem constituídas na sua grande maioria por pessoas sem conhecimento empresarial motivadas na maioria das vezes por fatores externos a exemplo do desemprego e a necessidade de obter uma fonte de renda, os gestores não são detentores de informações relevantes. Sendo assim, surge o seguinte questionamento: será que o porte da empresa e a falta de interesse nas informações contábeis apresentam algum tipo de relação?

A segunda hipótese procura explicar se a burocracia influencia a falta de interesse do gestor nas informações contábeis. O exposto explica-se pelas exigências fiscais e extras-fiscais

dos órgãos municipais, estaduais e federais, a constante mudança na legislação, a alta carga tributária e a falta de conhecimento dos gestores entre receita e despesa, confundindo muitas vezes faturamento com lucro. Diante disso pergunta-se: será que a burocracia influencia a falta de interesse do gestor nas informações contábeis?

A terceira hipótese tenta explicar se a categoria profissional influencia na elaboração de informações contábeis direcionadas para atender ao fisco. É notório que a maioria dos contabilistas são técnicos e sendo assim não possuem uma visão gerencial, onde são confundidos muitas vezes como um simples calculador de impostos. Portanto questiona-se: a categoria profissional influencia na elaboração de informações contábeis direcionadas para atender ao fisco?

3.2.1 Tratamento Estatístico

O tratamento estatístico utilizado neste estudo foi à análise descritiva de dados, baseada em medidas comparação de freqüências e nos testes de hipóteses, verificados com a utilização de dois tipos de testes estatísticos.

Os testes estatísticos foram realizados através do software SPSS (Statistical Package for Social Science) versão 13.0. Foram utilizados também testes não-paramétricos como maneira de verificar a significância estatística entre as variáveis: o Teste Exato de Fisher (para questões que recaem numa tabela de contingência 2x2 e o Teste Qui-quadrado para as demais questões).

No entendimento de Siegel (1975, p. 106) o teste exato de Fisher “constitui-se numa técnica não-paramétrica utilizada para analisar dados quando o tamanho das duas amostras independentes é pequeno”. A prova determina se os dois grupos diferem na proporção em que se enquadram nas duas classificações.

No que se refere ao teste de associação Qui-quadrado é o teste estatístico segundo Barbetta (2004) mais antigo e um dos mais usados em pesquisa social. É um teste que permite testar a significância da associação entre duas variáveis qualitativas e também pode ser usado para comparar duas ou mais amostras.

Para Siegel (1975) o primeiro passo no processo de tomada de decisão é a definição da hipótese de nulidade (H_0). Embora H_0 expresse a hipótese de que não haja diferenças, formulada com o propósito de ser rejeitada, no caso específico de correlações, ela se inverte. Dessa forma, para rejeitar a hipótese nula, é usual a adoção de um nível de

significância de 0,05 ou 0,01, embora possam ser utilizados outros valores. Nessa pesquisa, são aceitos apenas os níveis de significância igual ou inferior a 0,05.

3.3 Apresentação e Discussão dos Resultados

3.3.1 Estatística descritiva

Nessa seção são discutidos os resultados da pesquisa a partir da tabulação dos dados. A tabela 1 mostra que 55,95 dos entrevistados são mulheres e 44,1% são homens.

TABELA 1
Sexo

	Frequência	%	% Acumulado
Masculino	15	44,1	44,1
Feminino	19	55,9	100,%
Total	34	100,%	

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Pode-se observar na tabela 2 que 76,5% dos contabilistas são técnicos e 23% são contadores.

Entende-se que o perfil de um contabilista deve ser amplo, não se reduzindo ao mero conhecimento técnico. Percebe-se que o profissional de contabilidade deve conhecer todo o ambiente interno e externo das organizações, bem como suas relações de comportamento humano, social e econômico, além de serem conscientes e responsáveis.

Acrescenta-se a isso que o técnico não tem essa visão de gerenciamento, sendo confundido muitas vezes como um simples calculador de impostos. O percentual é muito alto de profissionais sem um curso superior, fato que pode comprometer a realidade da prestação do serviço.

TABELA 2
Categoria Profissional

	Frequência	%	% Acumulado
Técnico em contabilidade	26	76,5	76,5
Contador	8	23,5	100,0%
Total	34	100,0%	

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Na tabela 3 os entrevistados foram questionados sobre o tipo de escritório. Verificou-se que a maioria dos 76,5% dos escritórios são pessoas físicas, e somente 23,5% são pessoas jurídicas. Observa-se que há uma coincidência na maioria dos escritórios exercer as atividades contábeis como pessoa física, uma vez que geralmente os técnicos não têm a visão de empresa que uma pessoa com formação acadêmica tem.

TABELA 3
Tipo de Escritório

	Frequência	%	% Acumulado
Pessoa física	26	76,5	76,5
Pessoa jurídica	8	23,5	100,0%
Total	34	100,0%	

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Na tabela 4, os entrevistados foram questionados em relação ao tempo de experiência na profissão contábil. Observou-se que entre 6 a 10 anos e acima de 10 anos tiveram o mesmo percentual de 44,1% enquanto que entre 1 a 5 anos teve 11,8%. Essa variável pode ser considerada importante, pois parte do pressuposto que quanto maior o tempo de experiência no setor acredita-se que maior será a qualidade dos serviços prestado e conseqüentemente menor dificuldades existirão.

TABELA 4
Tempo de Experiência

	Frequência	%	% Acumulado
Entre 1 e 5 anos	4	11,8	11,8
Entre 6 e 10 anos	15	44,1	55,9

Acima de 10 anos	15	44,1	100,%
Total	34	100,%	

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Embora o normal, para o ramo da contabilidade, seja atender a todo e qualquer tipo de cliente, sejam micro, pequenas, médias ou grandes empresas, verifica-se que com base na tabela 5 que 88,2% dos entrevistados prestam serviços tanto às micro empresas quanto as empresa de pequeno porte, enquanto que 11,8% não prestavam serviços contábeis a nenhum dos dois tipos de empresas. No que se refere às médias empresas, observa-se que 26,5% prestam serviços contábeis a esse tipo de empresas e 73,5% não oferece seus serviços contábeis às mesmas. Quanto as grandes empresas só 17,6% prestam serviços e 82,4% não presta serviços contábeis a essas empresas.

TABELA 5
Concentração dos serviços contábeis

	Sim	%	Não	%	Total Acumulado
Micro empresa	30	88,2	4	11,8	100%
Empresa de pequeno porte	30	88,2	4	11,8	100%
Média empresa	9	26,5	26	73,5	100%
Grande empresa	6	17,6	28	82,4	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Na tabela 6, os entrevistados foram indagados se o sistema burocrático interferia na execução dos seus serviços contábeis. Observa-se que 64,7% dos entrevistados acreditam que a burocracia interfere totalmente, 32,4% que interfere parcialmente e 2,9% dos entrevistados acreditam que não interfere. Pelos dados da tabela, analisa-se que os prestadores dos serviços contábeis enfrentam problemas com o sistema burocrático brasileiro, o que repercute na sua atuação profissional. Esses aspectos podem ser evidenciados por Minoru (2004, p. 3) "quando diz que isso pode ser uma consequência da rotina a que esse profissional está submetido, tendo em vista que chega a dedicar 80% de seu tempo no atendimento às exigências burocráticas do governo. Muitas vezes, inclusive, tem que prestar a mesma informação para as três esferas governamentais não sobrando assim tempo para assessorar a pequena empresa".

TABELA 6
Sistema burocrático interfere na execução dos serviços contábeis

	Frequência	%	% Acumulado
Interfere parcialmente	11	32,4	32,4
Interfere totalmente	22	64,7	97,1
Não interfere	1	2,9	100,0
Total	34	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Na tabela 7, os entrevistados foram perguntados se as informações oferecidas aos seus clientes atendem aos objetivos da contabilidade. Insere-se que 44,1% das respostas demonstram que não os atendiam, por outro lado, 35,3% admitem que atende parcialmente e, somente 20,6% atendem totalmente os objetivos da contabilidade. De acordo com Cavalcanti (2005, p. 2) a "Contabilidade realiza os seus objetivos por meio de informações aos usuários das Demonstrações Contábeis. Tais informações possuem características próprias, que as definem e as tornam úteis as reais finalidades de informar. Para tanto, tais características devem assemelhar-se às dos Princípios e normas contábeis sendo, portanto, componentes que tornam útil à informação no momento de se fazer a opção quanto a divulgação de um fato contábil".

Assim, verifica-se que na cidade de Sousa apenas uma pequena parcela, 20,6% atendem totalmente os objetivos da contabilidade, prestando informações úteis aos seus clientes cumprindo, portanto, os princípios e normas contábeis. Essa evidência é preocupante, pois talvez seja um dos motivos que dificulte à prestação do serviço contábil.

TABELA 7
Atendimento das informações aos objetivos da contabilidade

	Frequência	%	% Acumulado
Atende totalmente	7	20,6	20,6
Atende parcialmente	12	35,3	55,9
Não atende	15	44,1	100,0
Total	34	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Os entrevistados foram questionados sobre quais setores haveria maior concentração em relação aos serviços contábeis oferecidos. Observa-se conforme a tabela 8, que o setor

fiscal tem uma maior concentração, apresentando 97,1% dos resultados e que apenas 2,9% não estão concentrados neste setor; com relação ao setor pessoal evidencia-se uma concentração de 94,1% enquanto 5,9%, responderam que não realizam esta atividade; ainda percebe-se que 88,2% dos entrevistados executam os serviços contábeis e 11,8% não oferecem esse serviço às empresas; por fim, 20,6% dos entrevistados realizam outros tipos de serviços.

Entretanto, ainda que o setor fiscal tenha obtido maior respaldo, Costa (2008, p. 1) acredita que “os serviços fiscais, estão fadados a perder sua serventia, principalmente porque esse setor deve se situar dentro da própria empresa sob pena de submeter à empresa a risco de indêbitos fiscais”.

Por outro lado, o setor contábil que conforme Marion (2005, p. 26) “pode prover seus usuários de dados para ajudá-los a tomar decisão”, obteve o menor percentual comparado aos demais. É notório que essa realidade dificulta o real sentido da contabilidade, enquanto ciência social, e, por isso não obtêm por parte dos gestores a devida importância antes referenciada.

TABELA 8
Setores com maior concentração em relação aos serviços contábeis oferecidos.

	Sim	%	Não	%	Total Acumulado
Setor Fiscal	33	97,1	1	2,9	100,%
Setor Pessoal	32	94,1	2	5,9	100,%
Setor Contábil	30	88,2	4	11,8	100,%
Outros	7	20,6	27	79,4	100,%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Na tabela 9, os entrevistados foram questionados a respeito de quais livros ou demonstrativos contábeis, eles elaboravam. Observa-se que, o Livro de Inventário obteve o maior percentual, 100% conforme a tabela abaixo, em seguida os livros Registro de Entrada, Registro de Saída e Apuração de ICMS, obtiveram os mesmos percentuais de 97,1%; o livro Razão obteve 88,2%; o livro Caixa, 79,4%. Em relação às demonstrações podemos observar que o BV, BP e DRE, obtiveram 88,2% dos resultados, enquanto que o percentual correspondente a DLPA foi de 85,3%.

Percebe-se, diante desta análise, que os dados abaixo registrados confirmam a tendência dos profissionais contábeis em executarem serviços voltados principalmente ao setor fiscal,

uma vez que o Livro de Inventário, Registro de entrada e de saída e o Livro de Apuração de ICMS que obtiveram os maiores percentuais.

No entanto, pode-se confirmar que essa realidade não condiz com o direcionamento da contabilidade, pois conforme Figueiredo e Fabri (2000, p. 75) esta tem como foco "levar informações ao administrador para a tomada de decisões e informações aos proprietários, sócios, e acionistas sobre a situação econômica e financeira de sua empresa".

Barreto (2005, p. 15) assevera que "qualquer tipo de empresa, independente de seu porte ou natureza jurídica, deve manter estrita contábil completa, com o intuito de controlar o patrimônio, gerenciar seus negócios e atender por completo a legislação".

TABELA 9
Livros e/ou demonstrativos contábeis são elaboradas.

	Sim	%	Não	%	Total Acumulado
Livro Caixa	27	79,4	7	20,6	100,%
Livro Razão	30	88,2	4	11,8	100,%
Livro de Inventário	34	100,%	0	0	100,%
Livro Registro de Entrada	33	97,1	1	2,9	100,%
Livro Registro de Saída	33	97,1	1	2,9	100,%
Livro Apuração de ICMS	33	97,1	1	2,9	100,%
Balancete de Verificação	30	88,2	4	11,8	100,%
Balanco Patrimonial	30	88,2	4	11,8	100,%
Demonstração do Resultado do Exercício	30	88,2	4	11,8	100,%
Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados	29	85,3	5	14,7	100,%
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	16	47,1	18	52,9	100,%
Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos	14	41,2	20	58,8	100,%
Demonstração do Fluxo de Caixa	13	38,2	21	61,8	100,%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Na tabela 10, os entrevistados foram questionados se eles acreditavam que as informações fornecidas aos seus clientes eram utilizadas no processo decisório. Observou-se que 55,9% dos entrevistados, não acreditam que tais informações são utilizadas pelos seus clientes; 26,5% acreditam que seus clientes as utilizem parcialmente, enquanto que 17,6% há um uso total destas informações.

Castro e Sanabio (2005, p. 1363) dizem que “O processo decisório faz parte do cotidiano das organizações e, para reduzir o risco de suas ações, os gestores utilizam dados e informações que possam auxiliá-los no momento da decisão”.

De acordo com Padoveze (2007, p. 45) “para que a informação contábil seja usada no processo de administração, faz necessário que essa informação contábil seja desejável e útil para as pessoas responsáveis pela administração da entidade”.

Ainda de acordo com os autores, uma informação, mesmo que útil desejável se conseguida a um custo adequado é o interessante para a empresa.

TABELA 10
Informações fornecidas utilizadas no processo decisório.

	Frequência	%	% Acumulado
Utiliza parcialmente	9	26,5	26,5
Utiliza totalmente	6	17,6	44,1
Não utilizam	19	55,9	100%
Total	34	100,0%	

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Na tabela 11, os entrevistados foram indagados sobre quais as principais dificuldades encontradas para elaborar as informações contábeis. Visivelmente a tabela mostra que o maior percentual está atrelado ao pouco conhecimento por parte dos gestores da importância da contabilidade, o que corresponde a 94,1%; em segundo lugar com 91,2% vem a falta de interesse pelos gestores, e com 73,5% a falta de documentos para efetuar o registro dos fatos. Constata-se ainda que a sonegação fiscal obteve um percentual de 47,1% enquanto que alguns dos entrevistados, 41,2% do total, responderam que não tinham interesse em elaborar as informações contábeis porque os honorários são muitos baixos.

Verifica-se que a falta de conhecimento por parte do empresário, faz com que este necessite de uma pessoa habilitada que consiga oferecer todas as informações para manutenção de sua atividade, assim, o contabilista, é a pessoa mais indicada para oferecer e prestar o conhecimento que muito dos empresários não têm. De acordo com Figueiredo e Fabri (2000, p. 63) a gestão financeira é uma das preocupações críticas de todo pequeno e médio empresário, entretanto, poucos deles possuem conhecimento e segurança necessários para bem administrar, assim, esperam do contador algumas “dicas” importantes; entre os consultores de negócios, o contador é o mais habilitado para oferecê-las.

A falta de interesse pelos gestores é também uma das maiores dificuldades, uma vez que conforme Castro e Sanabio (2005, p. 1359) no desinteresse do gestor da entidade pelas informações contábeis, para os autores o contador deve procurar fazer despertar uma nova mentalidade, um novo paradigma na cultura organizacional, de forma a incorporar essas informações nas ações e decisões dos mesmos, fazendo-os perceber a contabilidade como elemento agregador de valor.

Outro aspecto que merece ser suscitado trata da sonegação fiscal, que segundo, Thomé (2001, p. 132) "é praticada em larga escala. Alguns se acham no legítimo direito de sonegar como forma de defesa contra a elevada carga tributária. Outros utilizam a carga tributária como uma desculpa para sonegar e poder enriquecer rapidamente".

Pode-se observar que quanto maior for o nível de sonegação praticada, menor será a utilidade dos serviços contábeis prestados, portanto esse tipo de prática é um desafio para os profissionais contábeis e conseqüentemente para a contabilidade dos empreendimentos.

TABELA 11
Principais dificuldades encontradas para elaborar as informações contábeis.

	Sim	%	Não	%	Total Acumulado
Falta de interesse pelos gestores	31	91,2	3	8,8	100, %
Pouco conhecimento por parte dos gestores da importância da contabilidade	32	94,1	2	5,9	100, %
Falta de documentos para efetuar o registro dos fatos	25	73,5	9	26,5	100, %
Sonegação fiscal	16	47,1	18	52,9	100, %
Eu não tenho interesse em elaborar as informações contábeis porque meus honorários são baixos.	14	41,2	20	58,8	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Já na tabela 12, os entrevistados foram submetidos a seguinte indagação: o que é feito para conscientização dos seus clientes? Observa-se que, 55,9%, não fazem nada, e que 20,5% transmitem outros tipos de conscientização, e somente 11,8% promovem palestras e oferecem cursos para conscientizar seus clientes.

TABELA 12
Conscientização dos clientes

	Frequência	%	% Acumulado
Promove palestras	4	11,8	11,8
Oferece cursos	4	11,8	23,6
Outros	7	20,5	44,1
Nenhuma das alternativas	19	55,9	100%
Total	34	100%	

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Entende-se que esse é um aspecto que poderia estar sendo discutido e realizado pelos profissionais, principalmente como maneira de amenizar as dificuldades enfrentadas.

No que se refere à tabela 13, perguntou-se aos entrevistados se eles realizam ou elaboram uma contabilidade voltada para as necessidades apenas do usuário externo (fisco). Obteve o percentual 67,7%, responderam que sim e com 32,3% responderam que não elaborava uma contabilidade voltada para o usuário externo.

TABELA 13
Contabilidade voltada para as necessidades apenas do usuário externo (fisco)

	Frequência	%	% Acumulado
Sim	23	67,7	67,7
Não	11	32,3	100%
Total	34	100%	

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Na tabela 14, os entrevistados foram questionados se elaboravam informações extras fiscais que evidenciem a realidade empresarial (contabilidade gerencial). Pode-se observar que, 76,5% não elaboram e que 23,5% elaboram uma contabilidade gerencial.

Consoante Padoveze, (2007, p. 38) "se temos a Contabilidade, se temos a informação contábil, mas não a usamos no processo administrativo, no processo gerencial, então não existe gerenciamento contábil, não existe Contabilidade Gerencial".

TABELA 14
 Informações extras fiscais que evidenciem a realidade empresarial
 (contabilidade gerencial).

	Frequência	%	% Acumulado
Sim	8	23,5	23,5
Não	26	76,5	100%
Total	34	100%	

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Na tabela 15, os entrevistados foram questionados se acontecesse do governo simplificasse o recolhimento dos impostos e dos encargos sociais, de modo que os gestores pudessem calcular e efetuar os respectivos pagamentos, se eles acreditavam que os clientes estariam dispostos a manter o contrato de prestação do serviço contábil. Observa-se na tabela que 52,9% acredita que não e 47,1% que sim.

Aqui se pode perceber uma tendência em ter na prestação do serviço o foco voltado ao fisco, quando na verdade deveria ser algo secundário.

TABELA 15
 Se o Governo simplificasse o recolhimento dos impostos de modo
 que os gestores pudessem calcular, os seus clientes estaria disposto
 a manter o contrato de prestação do serviço contábil.

	Frequência	%	% Acumulado
Sim	18	52,9	52,9
Não	16	47,1	100%
Total	34	100%	

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Os entrevistados ainda foram questionados se acreditam que caso os serviços prestados às empresas permitissem gerenciar melhor o negócio de seus clientes, os mesmos estariam dispostos a pagar mais pelos serviços prestados. 35,3% dos entrevistados responderam que Sim pagaria até 20% a mais, 29,4% até 40% a mais, e os que não pagaria, aparece com 26,5% e, por último 2,9 % pagaria até 60% a mais pelos serviços prestados às empresas permitissem gerenciar melhor o negócio de seus clientes.

Verifica-se que embora o percentual de 35,3% pagaria até 20% a mais pelo fornecimento de informações e serviços para o contabilista gerenciasse melhor o negócio desses clientes, a luz da análise dos dados da tabela 5, o profissional contábil ao desempenhar suas

atividades mais direcionadas para as micro e empresas de pequeno porte, não conseguiria gerenciar essas atividades, posto que o valor agregar para esses serviços não condizem com esforço assumido pelo contabilista.

TABELA 16

Caso os serviços prestados às empresas permitissem gerenciar melhor o negócio de seus clientes eles estariam dispostos a pagar mais pelos serviços prestados.

	Frequência	%	% Acumulado
Sim, até 20% mais	12	35,3	35,3
Sim, até 40% mais	10	29,4	64,7
Sim, até 60% mais	2	5,9	70,6
Sim, mais que 60%	1	2,9	73,5
Não	9	26,5	100%
Total	34	100%	

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Na tabela 17, foi perguntado aos entrevistados qual o software utilizado para prestar os serviços contábeis. Foram obtidos os seguintes percentuais: 38,3% Ecos sistema, 20,6% Precisão, e com 14,7 Mastermaq e Outros, e por último temos 2,9% que adotam o sistema Fortes.

Observa-se que com o surgimento da informática, segundo Castro e Sanabio (2005, p. 1358): "o advento da informática e dos softwares, aliados à rapidez dos meios de comunicação, notavelmente a Internet, modificaram a forma de se usar os dados em Contabilidade. Hoje é possível realizar análises com maior amplitude e reduzir a preocupação com tarefas repetitivas e exaustivas, uma vez que o computador simplificou bastante estas atividades com o auxílio de sistemas contábeis específicos".

Assim, pode-se observar que as atividades mecânicas, como exemplo o levantamento das demonstrações contábeis, hoje são executadas pelos computadores com uma maior rapidez e precisão, permitindo que os profissionais dediquem seu tempo a tarefas mais importantes.

TABELA 17
O software utilizado para prestar os serviços contábeis.

	Frequência	%	% Acumulado
Ecosystema	13	38,3	38,3
Precisão	7	20,6	58,9
Fiscos	3	8,8	67,7
Mastermaq	5	14,7	82,4
Fortes	1	2,9	85,3
Outros	5	14,7	100,0
Total	34	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

3.3.2 Teste de Hipóteses

Nessa seção são apresentados os testes das hipóteses que foram elaboradas quando da consecução da fase inicial do estudo. Posteriormente, quando da tabulação dos dados, foi realizado o cruzamento das variáveis que explicam a relação existente ou não de acordo com o grau de significância estatística 0,05 ou 5%, através dos testes não-paramétricos (Teste Exato de Fisher e Qui-quadrado de Pearson). As tabelas a seguir apresentam as hipóteses e os níveis de significância dos testes realizados, onde H_1 é a hipótese a ser testada e H_0 a hipótese nula.

1ª HIPÓTESE: Há relação entre o porte da empresa e a falta de interesse dos gestores nas informações contábeis.

- H_0 Não há relação entre o porte da empresa e a falta de interesse dos gestores nas informações contábeis.
- H_1 Há relação entre o porte da empresa e a falta de interesse dos gestores nas informações contábeis.

No resultado demonstrado na tabela abaixo, o Teste Exato de Fisher foi relevante estatisticamente para comprovar a relação entre o porte da empresa e a falta de interesse dos gestores nas informações contábeis. Nesse sentido, a hipótese nula (H_0) deve ser rejeitada, já que o nível de explicação foi abaixo do permitido 0,031 no dois testes.

Segundo Silva (2003, p. 1) "As Micro e Pequenas Empresas no desempenho da economia nacional contrasta com a alta taxa de mortalidade dessas empresas, sendo que, das empresas que iniciam suas atividades - basicamente 70% delas não completam o 2º ano de existência". Observa-se que essa mortalidade esta associado ao despreparo dos seus gestores em administrar sem um planejamento antes estabelecido, evidenciado na falta de informações contábeis.

TABELA 18
Porte da empresa e Falta de Interesse dos Gestores nas Informações Contábeis

Micro Empresa	Falta de Interesse dos Gestores nas Informações Contábeis		
	Sim	Não	Total
Sim	29 85,3%	1 2,9%	30 88,2%
Não	2 5,9%	2 5,9%	4 11,8%
Total	31 91,2%	3 8,8%	34 100%

Teste Exato de Fisher
Nível α de significância = 0,031
Teste Qui-Quadrado
Nível α de significância = 0,031

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

2ª HIPÓTESE: A burocracia influencia a falta de interesse do gestor nas informações contábeis.

- H_0 Não há relação entre o fato do sistema burocrático interferir na execução dos serviços contábeis e a falta de interesse do gestor nas informações contábeis.
- H_1 Há relação entre o fato do sistema burocrático interferir na execução dos serviços contábeis e a falta de interesse do gestor nas informações contábeis.

Esta hipótese visa a identificar se o fato do sistema burocrático interferir na execução dos serviços contábeis pode justificar a falta de interesse do gestor nas informações contábeis. Definiu-se essa hipótese por acreditar que há um descrédito por parte do gestor em utilizar as informações contábeis no processo de decisão.

É possível verificar nos dois estratos que essas duas variáveis estão mantendo uma correlação. Ou seja, o resultado demonstrado na tabela abaixo, mostra que o Teste Qui-Quadrado foi relevante estatisticamente para comprovar a relação entre o fato do sistema burocrático interferir na execução dos serviços contábeis, ou seja, no fato de ocasionar desmotivação do gestor em relação as informações contábeis. Nesse sentido, a hipótese

nula (H_0) deve ser rejeitada, já que o nível de explicação foi de 0,032. É possível afirmar que os profissionais de contabilidade da cidade de Sousa, PB, entendem segundo suas experiências que a burocracia influencia fortemente no estímulo do gestor pelo uso dessas informações.

TABELA 19
Sistema Burocrático x Falta de Interesse pelos Gestores nas Informações Contábeis.

Sistema Burocrático	Falta de Interesse dos Gestores		
	Sim	Não	Total
Interfere parcialmente	8 23,5%	3 8,8%	11 32,4%
Interfere totalmente	22 64,7%	0 0%	22 64,7%
Não interfere	1 2,9%	0 0%	1 2,9%
Total	31 91,2%	3 8,8%	34 100%

Teste Qui-Quadrado
Nível α de significância = 0,032

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

3ª HIPÓTESE: A categoria profissional influencia na elaboração de informações contábeis direcionadas para atender ao fisco.

- H_0 A categoria profissional não influencia na elaboração de informações contábeis direcionadas para atender ao fisco.
- H_1 A categoria profissional influencia na elaboração de informações contábeis direcionadas para atender ao fisco.

Essa hipótese visa descobrir se no atual contexto do sertão paraibano a categoria profissional pode influenciar na elaboração de informações contábeis direcionadas para atender ao fisco.

Conforme estabelecido na tabela a seguir, das 26 profissionais técnicos em contabilidade 32,4% afirmaram positivamente para esse questionamento, enquanto que, 44,1% (do total geral) afirmaram que não, já os contadores questionados, de um total de 8, cinco confirmam esse entendimento, ou seja, a categoria pode influencia nessa postura do profissional. Todavia, os Testes de Fisher e o Qui-Quadrado não indicaram nenhuma correlação (p-valor = 0,429 e 0,317, respectivamente) entre essas variáveis. Portanto, a hipótese nula não pode ser rejeitada.

TABELA 20
 Categoria Profissional x Informações ao Fisco.

Micro Empresa	Falta de Interesse dos Gestores nas Informações Contábeis		Total
	Sim	Não	
Técnico em Contabilidade	11 32,4%	15 44,1%	26 76,5%
Contador	5 14,7%	3 8,8%	8 23,5%
Total	16 47,1%	16 52,9%	34 100%

Teste Exato de Fisher
Nível α de significância = 0,429
Teste Qui-Quadrado
Nível α de significância = 0,317

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa científica procurou relacionar as principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais de contabilidade na cidade de Sousa-PB em prestar os serviços contábeis. Para tanto foi necessário identificar o perfil do profissional de contabilidade no município de Sousa-PB, e conseqüentemente as dificuldades enfrentadas pelos profissionais na elaboração das informações contábeis.

Efetou-se uma revisão literária do assunto, objetivando detectar as principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais de contabilidade. Com base nesse estudo, elaborou-se um questionário com 17 variáveis almejando confrontar a teoria com a prática.

Em seguida com o intuito de obter resultados aferíveis fez-se uma análise estatística descritiva, bem como o uso do teste de hipóteses, verificados com a utilização de testes não paramétricos (Teste Qui-quadrado e Teste Exato Fisher), na tentativa de identificar as relações existentes entre as variáveis.

Assim, evidenciou-se com a pesquisa em que nível os profissionais de contabilidade que atuam nesta atividade empresarial, se preocupam com o gerenciamento das empresas, não apenas informando o passado, mas também, dando subsídios aos administradores para a melhor opção e para o bom desempenho futuro.

A interpretação dos dados obtidos, após o cruzamento entre as variáveis da pesquisa como maneira de analisar as principais dificuldades enfrentadas e discutir as opiniões dos profissionais da contabilidade, possibilitou algumas conclusões que justificam o alcance do nosso principal objetivo que são evidenciar quais as principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais de contabilidade na cidade de Sousa-PB em oferecer tais serviços.

Inicialmente, caracterizou-se o perfil dos contabilistas de Sousa/PB, onde os resultados definiram que 55,95% dos profissionais atuantes são formados por mulheres, confrontando o perfil dos contabilistas de antigamente que era uma profissão mais seletiva aos homens.

Observou-se ainda que em relação à categoria profissional, 76,5% dos contabilistas são técnicos, e 23,5% são de contadores, contradizendo o estudo realizado no decorrer da pesquisa onde se definiu que os conhecimentos de um contabilista devem ser amplos, não se reduzindo a meros conhecimentos técnicos.

Verificou-se também que a maioria dos escritórios é de pessoas físicas e que atuam no mercado há mais de 10 anos, fato que denota uma certa experiência profissional e talvez poderia contribuir para a melhoria desse cenário, entretanto, não foi constatado essa evidência.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelos profissionais na elaboração das informações contábeis, cita-se 94,1% com pouco conhecimento por parte dos gestores da importância da contabilidade, ainda detectou-se que existe uma falta de interesse pelos gestores pelas informações (cerca de 91,2% afirmaram essa dificuldade), e 73,5% optaram também pela falta de documentos para efetuar o registro dos fatos, 73,5% a sonegação fiscal entre outros.

Diante desta realidade, faz-se necessária à conscientização dos profissionais contábeis na divulgação da importância da contabilidade como ciência social aplicada que busca atender a premissa de fornecer informações à sociedade para auxiliar no processo decisório.

Percebe-se que a contabilidade vem acompanhando as mudanças no âmbito das empresas, evoluindo e normatizando-se, para se adaptar às necessidades destas. Portanto, o profissional de contabilidade deverá estar apto a contribuir com a sociedade buscando a continuidade e desenvolvimento das entidades para as quais presta serviços, honrando assim o compromisso assumido como representante da ciência contábil.

4.1 Limitações da pesquisa e sugestões para pesquisas futuras

Em geral, todo método tem possibilidades e limitações, sendo assim, é conveniente informar as limitações sofridas pela pesquisa buscando antecipar a possíveis críticas dos leitores.

Durante o transcorrer da pesquisa, verificaram-se limitações a cerca dos aspectos a seguir. A primeira dificuldade encontrada para realizar a pesquisa foi o de localizar os contabilistas relacionados na lista emitida pelo CFC, tendo em visto que o endereço de alguns contabilistas que constava na relação não coincidia com a realidade, outros já não exerciam suas atividades na cidade de Sousa.

Constatou-se, ainda, que os contabilistas não queriam responder os questionário, alegando a falta de tempo e com certo receio em fornecer as informações. Houve também muita demora na devolução dos questionários respondidos.

Recomenda-se que sejam realizados estudos posteriores, para averiguar qual a percepção dos gestores quanto ao seu nível de satisfação em relação às informações fornecidas pela contabilidade, bem como qual a sua sensibilidade quanto ao recebimento de informações gerenciais, que possam o auxiliar no processo de tomada de decisão.

Além disso, sugere-se que o presente estudo seja replicado em outras localidades do Alto do Sertão da Paraíba, para verificar se as dificuldades constatadas, com o aqui, persistem em outras realidades econômicas, culturais e sociais.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 8 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

AUGUSTO, Herquimeire Cristina Garrido. **Os Serviços Contábeis Necessários à Gestão das Empresas do Comércio Varejista da Cidade de Sousa/PB**. Monografia de conclusão do curso de Especialização em Gestão de Negócios Públicos e Gestão Estratégica de Negócios da Universidade Federal de Campina Grande, 2006.

BARBETTA, Pedro Alberto et al. **Estatística para cursos de engenharia e informática**. São Paulo: Atlas, 2004.

BARRETO, Gualter Alves. **Manual do Contador**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora Líder, 2005.

BERTOZZI, Rodrigo D'Almeida. **Marketing: a nova guerra dos contabilistas**. Curitiba: Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, 2003.

BONA PORTON, Rosimere; LONGARAY, André Andrade. Relevância do uso das informações contábeis nos processos decisoriais. **Revista Angrad**, vol. 7, n. 4, pp. 89-110, out-nov-dez/2006.

BRANCO, José Corsino Raposo Castelo. **O profissional contábil na era do conhecimento**. Disponível em: <<http://www.aespi.br/revista/contabil.htm>>. Acesso em: 20 set. 2008.

BRASIL. **Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999**: Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%203.000-1999?OpenDocument>. Acesso em: 17 set. 2008.

_____. **Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002**: Institui o Código Civil Brasileiro. Brasília: Senado Federal, 2007.

_____. **Lei 11.638 de 28.12.2007**: Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em: 21 set. 2008.

_____. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**: Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404compilada.htm>. Acesso em: 18 set 2008.

_____. **Lei nº 8.383 - de 30 de dezembro de 1991:** Institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1991/8383.htm>>. Acesso em: 19 set 2008.

_____. **Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999:** Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal. Brasília: Senado Federal, 2008.

_____. Resolução 1098 do Conselho Federal de Contabilidade de 24 de agosto de 2007: Dispõe sobre o registro cadastral das organizações contábeis nos conselhos regionais de contabilidade. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1098.htm>. Acesso em: 9 ago. 2008.

_____. Resolução 774 do Conselho Federal de Contabilidade de 16 de dezembro de 1994. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 18 jan. 1995. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/legislacao/resolucao/cfc/774.htm>> Acesso em: 10 jul. 2008.

BULGACOV, Sergio. **Manual de gestão empresarial**. São Paulo: Atlas, 1999.

CARVALHO, José Luis Felício dos Santos de; MOTTA, Paulo César. Iluminando cenários de serviços: Um exame das funções da luz nas "Horas da Verdade". In: XXIV ENCONTRO DA ENANPAD. 2000, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2000.

_____; VERGARA, Sylvia Constant. Repensando os roteiros de marketing de serviços - análise crítica da teoria dos scripts cognitivos. In: XXIV ENCONTRO DA ENANPAD. 2000, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2000.

CARVALHO, José Ribamar Marques de. **Medição de Desempenho Empresarial:** Um estudo nas Organizações do Setor Salineiro no Estado do Rio Grande do Norte. Dissertação de Mestrado do Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UFPB/UFPE/UFRN, João Pessoa, 2007.

CASTRO, Gisele de Souza; SANABIO, Marcos Tanure. O profissional de Contabilidade e as micro e pequenas empresas – MPEs: mudanças e posicionamento. EGEPE–Encontro de Estudos Sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas. 2005, Curitiba, **Anais...** Curitiba, 2005, p. 1356-1370.

CAVALCANTI, Teresinha Maria. Principal Objetivo da Contabilidade: Informações Contábeis. **O POVO**, 10 jun. 2005. Disponível em: <<http://74.125.45.104/search?q=cache:QPt8N2qA4J:www.planejamentotributario.ufc.br/atigo%2520%2520princi>>

pal%2520objetivo%2520da%2520contabilidade.doc+objetivos+da+contabilidade&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=2&gl=br&client=firefox>. Acesso em: 24 out. 2008.

CHEQUER NETO, José. Os serviços ao cliente como diferencial competitivo: implicações para a estrutura e a gerência das organizações. In: XXIV ENCONTRO DA ENANPAD. 2000, Florianópolis. **Anais**.... Florianópolis, 2000.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Instrução CVM Nº 59 de 22 de dezembro de 1986**: Dispõe sobre a obrigatoriedade de elaboração e publicação da demonstração das mutações do patrimônio líquido pelas companhias abertas. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiato.asp?Tipo=I&File=/inst/inst059.html>>. Acesso: em 21 set. 2008.

COSTA, Daniel Fonseca; YOSHITAKE, Mariano. O controle e a informação contábil no planejamento tributário de uma pequena empresa para redução dos tributos e otimização dos lucros. In: 17º CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE. Santos, 2004. **Trabalhos técnicos**. Santos, 2004.

COSTA, Elenito Elias da. **A discutível sustentabilidade de um escritório de contabilidade**. Disponível em: <<http://www.contadores.cnt.br/forum/index.php?showtopic=483>>. Acesso: 10 out. 2008.

DIAS, Sergio Roberto (Cord.). **Gestão de Marketing**. São Paulo: Saraiva, 2006.

FIGUEIREDO, Sandra; FABRI, Pedro Ernesto. **Gestão de empresas contábeis**. São Paulo: Atlas, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

HENDRIKSEN, Eldon. S.; BREDÁ, Michael Van. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing**. 12 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Marketing de serviços**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARINS, James; Bertoldi, Marcelo M. **Simples nacional: estatuto da microempresa e empresa de pequeno porte comentado**: LC 123 de 14.12.2006; LC 127 de 14.08.2007. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, Orleans Silva. **O planejamento em micro e pequenas empresas comerciais: planejamento através da controladoria**. Monografia de conclusão do curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, 2005. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos/planejamento-empresas/planejamento-empresas.shtml#resum>>. Acesso em: 22 set. 2008.

MENDES, Daniely Aparecida Polido. **Custos no setor público: uma análise da implantação do sistema de apuração de custos do processo eleitoral brasileiro – o caso do Tribunal Superior Eleitoral**. Dissertação de conclusão do Mestrado em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

MIGIYAMA, Tatiani Kimiko da Costa. **Sistema de informação contábil: gerencial ou financeira**. Adcontar: Belém, 2003.

MIRANDA, Luiz Carlos. Características das micro e pequenas empresas brasileiras - Demanda por Serviços Contábeis pelas Micro e Pequenas Empresas: São os Contadores Necessários?. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS. 2007, João Pessoa **Anais**. João Pessoa, 2007.

MINORU, Cyro. Sistema Burocrático do Governo Brasileiro. **FECAP**, 2004. Disponível em: <http://www.estrategiacontabil.com.br/main.html?src=/4907/7708.html%3F*session*id*key*%3D*session*id*val*>. Acesso em 15 out. 2008.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo Vichez. **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras**. 13 ed. São Paulo: Frase Editora, 2004.

OLIVEIRA, Marta. **O Uso de Informações Contábeis na Pequena Empresa**. 2002. Disponível em: <<http://www.oboulo.com/query.php?q=cont%E1beis&start=0&topCon sult=0>>. Acesso em: 05 jul. 2008.

OLIVEIRA, Otávio J. Pequena empresa no Brasil: Um estudo de suas características e perspectivas. **Revista Integração**: ano XII, nº 44, jan/fev/ mar., p. 5-15, 2006.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PELEIAS, Ivam Ricardo; et. al. **O Marketing Contábil: estudo exploratório com escritórios na cidade São Paulo**. 2004. Disponível em: <http://64.233.169.104/search?q=cache:dJyEtnja_pwJ:www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos42004/99.pdf+O+Marketing+Cont%C3%A1bil:+estudo+explorat%C3%B3rio+com+escrit%C3%B3rios+na+cidade+S%C3%A3o+Paulo&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br>. Acesso em: 09 set. 2008.

PINHO, Lorena de Andrade; et. al. FMEA: análise do efeito e modo de falha em serviços – uma metodologia de prevenção e melhoria dos serviços contábeis. **ABCustos - Associação Brasileira de Custos**, vol. III, nº. 1, jan/abr: 2008. Disponível em: <http://www.unisinos.br/abcustos/_pdf/51.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2008.

RIBEIRO, Luiz Eduardo; PANHOCA, Luiz. Estratificação das características de evolução da maturidade na gestão de micro e pequenas empresas. In: IX CONGRESSO INTERNACIONAL DE CUSTOS 2005, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2005.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica fácil**. 24 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

RODRIGUES, Aldenir Ortiz. **Manual do SIMPLES 2007**. 1. ed. São Paulo: IOB Thomson, 2007.

SIEGEL, Sidney. **Estatística não-paramétrica para as ciências do comportamento**. Tradução: Alfredo Alves de Farias. Rio de Janeiro: Makron Books, 1975.

SILVA, João Braz da. **Mortalidade das micro e pequenas empresas**. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/newart/default.asp?materia=5578>>. Acesso em: 15 nov. 2008.

SILVA, Lourivaldo Lopes da. **Contabilidade Geral e Tributária**. 3 ed. São Paulo: IOB Thomson, 2006.

THOMÉ, Irineu. **Empresas de serviços contábeis: estrutura e funcionamento**. São Paulo: Atlas, 2001.

VIEIRA, Maria das Graças. **Ética na profissão contábil**. São Paulo: IOB Thomson, 2006.

APÊNDICE A



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Jurídicas e Sociais
Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis



QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Pesquisa: Uma Contribuição ao Estudo das Principais Dificuldades encontradas pelos Profissionais de Contabilidade na Cidade de Sousa, PB.

Pesquisador: José Alexandre Abrantes

Orientador: José Ribamar Marques de Carvalho

1) Sexo do entrevistado

- () Masculino
- () Feminino

2) Categoria profissional

- () Técnico em Contabilidade
- () Contador

3) Qual o seu tipo de escritório?

- () Pessoa física
- () Pessoa jurídica

4) Tempo de experiência na profissão contábil? ____ anos

5) Os serviços profissionais oferecidos se concentram em quais tipos de empresas?

- () Micro empresa
 - () Empresa de Pequeno Porte
 - () Outro (especificar)
-

6) O sistema burocrático interfere na execução dos seus serviços contábeis?

- () Interfere parcialmente
 () Interfere totalmente
 () Não interfere

7) Você acredita que as informações oferecidas aos seus clientes atendem aos objetivos da contabilidade?

- () Atende totalmente
 () Atende parcialmente
 () Não atende

8) Os serviços contábeis oferecidos estão concentrados em qual setor?

(marque mais de uma alternativa se for necessário)

- () Setor Fiscal _____ %
 () Setor Pessoal _____ %
 () Setor Contábil _____ %
 () Outro (especificar): _____ %

9) Você elabora a escrituração de quais livros ou demonstrativos contábeis?

Livro Caixa	Sim () Não ()
Livro Razão	Sim () Não ()
Livro de Inventário	Sim () Não ()
Livro Registro de Entrada	Sim () Não ()
Livro Registro de Saída	Sim () Não ()
Livro Apuração de ICMS	Sim () Não ()
Balancete de Verificação	Sim () Não ()
Balanço Patrimonial	Sim () Não ()
Demonstração do Resultado do Exercício	Sim () Não ()
Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados	Sim () Não ()
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Sim () Não ()
Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos	Sim () Não ()
Demonstração do Fluxo de Caixa	Sim () Não ()

Outros (especificar):

10) Você acredita que as informações fornecidas aos seus clientes são utilizadas no processo decisório?

- () Utilizam parcialmente
 () Utilizam totalmente
 () Não utilizam

11) Quais as principais dificuldades encontradas para elaborar as informações contábeis?

Falta de interesse pelos gestores	Sim () Não ()
Pouco conhecimento por parte dos gestores da importância da contabilidade	Sim () Não ()
Falta de documentos para efetuar o registro dos fatos	Sim () Não ()
Sonegação fiscal	Sim () Não ()
Eu não tenho interesse em elaborar as informações contábeis porque meus honorários são baixos.	Sim () Não ()

() Outros (especificar):

12) O que você tem feito para conscientizar os seus clientes da importância da contabilidade?

- () Promove palestras
 () Oferece cursos
 () Outros

(especificar): _____

- () Nenhuma das alternativas.

13) Você realiza/elabora uma contabilidade voltada para atender as necessidades apenas do usuário externo (fisco)?

- Sim
 Não

14) Você elabora informações extras fiscais que evidenciem a realidade empresarial (contabilidade gerencial)?

- Sim
 Não

15) Se o governo simplificasse o recolhimento dos impostos e dos encargos sociais, de modo que os gestores pudessem calcular e efetuar os respectivos pagamentos, você acha que seu cliente estaria disposto a manter o contrato de prestação do serviço contábil?

- Sim
 Não

16) Você acredita que caso os serviços prestados às empresas permitissem gerenciar melhor o negócio de seus clientes, os mesmos estariam dispostos a pagar mais pelos serviços prestados?

- Sim, até 20% mais
 Sim, até 40% mais
 Sim, até 60% mais
 Sim, mais que 60%
 Não

17) Qual o software utilizado para prestar os serviços contábeis?

- Ecos sistema
 Precisão
 Fiscos
 Mastermaq
 Fortes
 Outros: _____

Desde já agradecemos pela sua contribuição na consecução desse estudo.

Contato: José Alexandre A da Silva

Fone: (83) 3521-2386

e-mail: alexabrantess@hotmail.com

ANEXO A**RESOLUÇÃO CFC N°. 1.098/07**

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. As organizações contábeis que exploram serviços contábeis são obrigadas ao registro cadastral no Conselho Regional de Contabilidade da jurisdição da sua sede, sem o que não poderão iniciar suas atividades.

Art. 2º. O registro cadastral compreenderá 2 (duas) categorias:

I - organização contábil, pessoa jurídica de natureza civil, constituída sob a forma de sociedade, tendo por objetivo a prestação de serviços profissionais de contabilidade;

II - organização contábil, escritório individual, assim caracterizado quando o contabilista, embora sem personificação jurídica, execute suas atividades independentemente do local e do número de empresas ou serviços sob sua responsabilidade.

Parágrafo único. Considera-se registrada, inclusive para fins de cobrança de anuidades retroativas, a sociedade que, regularmente constituída, decorridos 30 (trinta) dias do início de suas operações, não tenha formalizado seu registro cadastral no CRC.

Brasília, 24 de agosto de 2007.

Contadora MARIA CLARA CAVALCANTE BUGARIM
Presidente

Publicada no Diário Oficial da União de 28.08.2007.

ANEXO B

RESOLUÇÃO CFC Nº 774 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1994.

Aprova o Apêndice à Resolução sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE no exercício de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a conveniência de um maior esclarecimento sobre o conteúdo e abrangência dos Princípios Fundamentais de Contabilidade;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Apêndice à Resolução sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade (em anexo).

1.4 - Dos objetivos da Contabilidade

O objetivo científico da Contabilidade manifesta-se na correta apresentação do Patrimônio e na apreensão e análise das causas das suas mutações. Já sob ótica pragmática, a aplicação da Contabilidade a uma Entidade particularizada, busca prover os usuários com informações sobre aspectos de natureza econômica, financeira e física do Patrimônio da Entidade e suas mutações, o que compreende registros, demonstrações, análises, diagnósticos e prognósticos, expressos sob a forma de relatos, pareceres, tabelas, planilhas e outros meios.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de dezembro de 1994.

Presidente JOSÉ MARIA MARTINS MENDES